

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – CAA
CURSO DE BACHARELADO EM ECONOMIA**

MADSANNY THAIS SILVA VASCONCELOS

**O PROCESSO DE INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE
TRABALHO BRASILEIRO E PERNAMBUCANO: UMA
ANÁLISE DO PERÍODO 2001-2011**

**CARUARU
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - CAA
CURSO DE BACHARELADO EM ECONOMIA**

MADSANNY THAÍS SILVA VASCONCELOS

**O PROCESSO DE INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE
TRABALHO BRASILEIRO E PERNAMBUCANO: UMA
ANÁLISE DO PERÍODO 2001-2011**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Federal de Pernambuco – Campus Agreste, como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Economia, sob orientação da Professora Sônia Rebouças.

**CARUARU
2015**

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-124

V331p Vasconcelos, Madsanny Thaís Silva.

O processo de inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano: uma análise do período de 2001-2011. / Madsanny Thaís Silva Vasconcelos. - Caruaru: O Autor, 2015.

51f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Sônia Rebouças da Silva Melo

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2015.

Inclui referências bibliográficas

1. Mulher. 2. Mercado de trabalho. 3. Discriminação. I. Melo, Sônia Rebouças da Silva. (Orientadora). II. Título

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2015-087)

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: ___/___/___

Presidente: Prof^a. Dr^a Sônia Rebouças

Primeiro Avaliador: Prof^a. Dr^a Lucilena Castanheira

Segundo Avaliador: Prof. Msc. Marcio Miceli

“Dedico este trabalho aos meus pais que sempre estiveram comigo nessa jornada, me dando forças para continuar quando os obstáculos apareciam e me ensinado a ser persistente. Esta vitória também é de vocês”

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sei que sem Ele nada seria possível. Obrigada Pai, por tanto amor, cuidado e proteção com a minha vida. Obrigada por ter me dado as forças necessárias para chegar até aqui. Eu te agradeço Deus, por tamanhas bênçãos derramadas sobre mim e pelo Teu grande amor que me salvou.

Aos meus pais, pelo incentivo e pela educação brilhante que me deram durante toda minha vida. Sem dúvidas, devo completamente a vocês o que eu sou hoje. Muito obrigada por tanta dedicação, por terem aberto mão dos seus próprios interesses em detrimento dos meus. Deus não poderia ter me dado pais melhores que vocês.

A Paulo de Tharcio, por todo carinho e compreensão nesse período turbulento da minha vida, por todas as vezes que estive me dando forças para seguir em frente e dizendo “*falta só um pouquinho*”. Obrigada por me fazer acreditar que eu era capaz e me alegrar nos momentos em que estive bastante apreensiva.

Aos meus amigos de turma, Anna Rafaella, Breno Ribeiro, Danilo Bezerra e Hellen Laís, por estarem sempre comigo nessa caminhada e por terem contribuído para que tudo valesse a pena. Nunca me esquecerei de todos os momentos que vivemos e guardarei comigo todo companheirismo que construímos ao logo desses anos. Sinto muitas saudades de vocês e de tudo que vivemos juntos. Em especial, agradeço a Danilo Bezerra por ter se mostrado tão prestativo nos momentos em que precisei de ajuda na elaboração do trabalho.

A Alena Karine, Mariana Quintino, Priscila Sousa, que sempre estiveram comigo e, de uma forma ou de outra, me impulsionaram para que eu fosse o melhor que pudesse ser.

Ao professor Marcio Miceli, por todas as palavras de incentivo nos momentos de desânimo, por todos os conselhos sábios, pela sua amizade e por sempre estar disposto a nos ajudar.

Aos colegas de trabalho da UNICRED que estiveram torcendo por mim.

A professora Sonia Rebouças, pelas orientações e críticas durante todo o período de construção deste trabalho.

Por fim, não caberiam aqui todas as pessoas a quem sou grata, mas saibam que eu guardarei todos com muito carinho em meu coração.

RESUMO

No fim do século XX, a economia brasileira passou por intensas transformações. Neste período, verifica-se uma crescente inserção feminina no mundo laboral, enquanto que os homens encolhem a sua participação. Na primeira década do século XXI, mesmo a economia apresentando oscilações no emprego, a participação feminina continua crescente no mercado de trabalho, porém numa proporção menor. Assim, o presente estudo objetiva apresentar a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano, mostrando que, neste último, a participação da mulher na atividade produtiva não seguiu a mesma tendência nacional. O foco central do trabalho concentra-se na mulher brasileira e pernambucana no mercado de trabalho entre os anos de 2001 e 2011, apresentando as suas características pessoais e econômicas. Os dados do trabalho foram extraídos, principalmente, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Palavras-chave: Mulher. Mercado de Trabalho. Avanço. Discriminação.

ABSTRACT

At the end of the twentieth century, the Brazilian economy underwent sweeping changes. In this period, there is a growing women's entry into employment, while men shrink their participation. In the first decade of this century, even the economy showing fluctuations in employment, women's participation continues to grow in the labor market, but to a lesser extent. Thus, this study aims to present the participation of women in the Brazilian labor market and Pernambuco, showing that in the latter, women's participation in the productive activity did not follow this national trend. The central focus of the work focuses on the Brazilian Pernambuco and women in the labor market between the years 2001 and 2011, presenting his personal and economic characteristics. The job data were mainly taken from the National Sample Survey (PNAD), provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE).

Keywords: Woman. Labor Market. Advance. Discrimination.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	Objetivos.....	10
1.1.1	Objetivo geral.....	10
1.1.2	Objetivos específicos.....	10
1.2	Metodologia.....	10
2	BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	12
2.1	Fatores determinantes da inserção da mulher no mercado de trabalho.....	16
3	O CONTEXTO MACROECONÔMICO E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA DÉCADA DE 2000	19
4	A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E PERNAMBUCANO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2001-2011	28
4.1	Ocupação da mulher no mercado de trabalho	37
4.2	Remuneração da mulher no mercado de trabalho pernambucano	42
5	CONCLUSÕES.....	46
6	SIGLAS E ABREVIATURAS.....	49
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1 INTRODUÇÃO

No final do século XX e início do século XXI, a economia brasileira passou por diversas transformações, as quais estiveram marcadas por ciclos econômicos de expansão e de retração da atividade produtiva. Estas oscilações refletiram na sociedade através do mercado de trabalho, apresentando mudanças ao longo do tempo.

Uma vez que as variáveis macroeconômicas estão interligadas, oscilações na economia afetam o mercado de trabalho na medida em que, por exemplo, uma queda de confiança no sistema leva credores a reduzirem a oferta de crédito, baixando o consumo, o que, por sua vez, desestimula o funcionamento e o desenvolvimento das empresas, levando à estagnação ou queda nos níveis de emprego.[...](BORGES, 2009, p.6)

Assim, um fato marcante vivenciado na sociedade brasileira a partir de meados do século XX foi a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, a qual esteve associada a uma combinação de fatores econômicos, sociais e culturais.

A tradição do século anterior atribuía as mulheres o dever de cuidar do lar, dos filhos e do cônjuge, enquanto o homem seria o único provedor da família. A elas não era dada a possibilidade de exercer alguma atividade remunerada. No entanto, a entrada da mulher no mercado de trabalho no século XX, estabelece novos arranjos familiares, nos quais as mulheres deixam de ser apenas donas de casa e passam a contribuir com o orçamento da família.(SIMÕES; HASHIMOTO, 2012)

Nos últimos tempos, as mulheres têm conquistado espaço significativo no mercado de trabalho [...] Hoje temos um grande número de mulheres que deixaram de ser esposa, donas de casa e mães, e que deixando barreiras seculares, passaram a contribuir para a economia nacional[...] (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012, p. 8)

A expansão da participação feminina na força de trabalho brasileira intensificou-se a partir dos anos 70, quando a economia passou por uma intensificação do processo de industrialização e urbanização. A década de 80 é caracterizada pela continuidade deste processo de inserção feminina no mercado de trabalho, mesmo diante da estagnação da economia. Na década de 90, muito embora a maior taxa de desemprego tenha recaído sobre as mulheres, continuou a tendência de incorporação da mulher na atividade econômica. (HOFFMANN; LEONE, 2004)

Na primeira década do século XXI, mesmo em meio às oscilações no crescimento da economia brasileira devido aos choques econômicos mundiais ocorridos neste período, perpetuou-se a trajetória da inserção feminina na força de trabalho. No entanto, este período é

caracterizado mais pela continuidade da inserção da mulher na atividade laboral do que por aumentos expressivos desta participação, como o que ocorreu no fim do século XX.

Isso pode ser observado através dos dados referentes à taxa de atividade dos dois períodos. Segundo Wajnman e Rios-Neto (1994), a taxa de atividade feminina que em 1970 era de 18,4% passou para 47,2% em 1992, apresentando um crescimento de 156%, apontando para um grande avanço da mulher no mercado de trabalho. No entanto, no período de 2001 a 2011, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), esta taxa cresceu apenas 2,4%, apontando mais para uma permanência da mulher no mercado de trabalho do que para um crescimento.

No início do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, elas eram consideradas uma renda complementar a da família. Porém, com o passar do tempo, elas buscaram sua realização pessoal e profissional, passando a lutar pela conquista de espaços antes ocupados apenas por homens. (COAN, 2008)

Apesar de a mulher ter conquistado espaço no mercado de trabalho, ainda há muito que se avançar no que se diz respeito às relações de gênero, pois elas ainda se deparam com inúmeras discriminações.

[...] as mulheres continuam a ser mais susceptíveis ao desemprego e ao desalento, constituem alvos preferenciais de trabalhos de qualidade inferior, são majoritárias em setores associados a atividades tradicionalmente qualificadas como femininas (serviços sociais e trabalho doméstico), são mais assíduas na informalidade e, conseqüentemente, percebem remuneração inferior, mesmo sendo mais escolarizadas, enfatizando-se que, em inúmeras situações, a necessidade de conciliar a atividade econômica com as responsabilidades para com a família induz a uma inserção precária no mercado de trabalho. Por conseguinte, é oportuno lembrar que a minimização da discriminação, em seus diversos aspectos, leva à inclusão social e à redução da pobreza, além de fortalecer a cidadania. (COSTA, 2008, p.8)

O estudo justifica-se pela sua temática bastante atual e presente na realidade dos brasileiros. Além disso, a análise da participação da mulher no trabalho é de suma importância para a elaboração de políticas econômicas de redução da pobreza, visto que a renda gerada pela mulher tem sido fundamental para sobrevivência de muitas famílias, principalmente as de baixa renda, como também para a elaboração de políticas sociais e de emprego que facilitem a permanência da mulher na atividade econômica e diminua a discriminação enfrentada por elas.

Diante do exposto, o presente estudo tem por finalidade apresentar o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano, no período de 2001 a 2011, dentro do contexto econômico da época, destacando as características da mulher trabalhadora, bem como as discriminações enfrentadas por elas.

O estudo está dividido em três capítulos, além deste que traz a introdução do tema, os objetivos gerais e específicos e a metodologia utilizada na elaboração do trabalho. No primeiro capítulo, será feita uma análise do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho no fim do século XX. No segundo capítulo serão discutidas as transformações ocorridas na economia e no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano na primeira década do século XXI. No terceiro capítulo, será apresentada a situação da mulher no mercado de trabalho nacional e pernambucano: nível educacional, taxa de fecundidade, ocupação, remuneração, etc. Por fim, o quarto e último capítulo trará as considerações finais.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

O presente estudo tem como objetivo central apresentar a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho nacional dando ênfase ao mercado de trabalho de Pernambuco, na primeira década do século XXI.

1.1.2 Objetivos específicos

- 1- Descrever a trajetória de inserção da mulher na atividade econômica desde o pós-guerra até a década atual.
- 2- Traçar um panorama das principais mudanças ocorridas na economia e no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano nas últimas décadas.
- 3- Relatar a características pessoais e econômicas das mulheres no mercado de trabalho brasileiro e, mais especificamente, no estado de Pernambuco, apontando para a discriminação enfrentada por elas na atividade laboral.

1.2 Metodologia

O problema de pesquisa em questão teve uma abordagem descritiva e exploratória, buscando explorar as literaturas e dados de tal forma que pudessem gerar informações suficientes para alcance dos objetivos, os quais estavam definidos de modo que permitisse a compreensão da trajetória de participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano entre os anos de 2001 e 2011, bem como dos avanços e dificuldades enfrentados por ela.

A análise sobre a evolução da participação feminina no mercado de trabalho do Brasil e do estado de Pernambuco foi feita com base em artigos, dissertações e publicações da internet. Com relação à fonte de dados, esses foram extraídos principalmente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – do ano de 2001 e 2011 (esses anos foram escolhidos pela ausência da PNAD nos anos de 2000 e 2010 que é quando é realizado o Censo Demográfico). Outras fontes de dados também foram utilizadas a fim de que pudessem aprimorar o trabalho e, no entanto, outros períodos foram considerados.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

A expansão da participação feminina nas atividades de cunho econômico teve início no fim do século passado e tem se destacado como um fator de grande importância tanto para o mercado de trabalho quanto para a economia como um todo. É notório que as mulheres tenham conquistado seu espaço e adentrado nos mais diversos ramos de atividades.

Não há um único gueto masculino que ainda não tenha sido invadido pelas mulheres. Não há dúvidas de que nos últimos anos a mulher está cada vez mais presente no mercado de trabalho. Este fenômeno mundial tem ocorrido tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, e o Brasil não é exceção (PROBST, 2003, p.2)

O aumento da incorporação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho iniciou-se no período que compreendeu a I e II Guerras Mundiais (1914-1945). Anteriormente, as obrigações das mulheres estavam relacionadas aos afazeres domésticos, aos cuidados maternos e a vida conjugal, sendo incomum o trabalho feminino em alguma atividade remunerada.

Probst (2003) afirma que, no passado, quando os homens partiram para as batalhas, suas esposas assumiram a posição de chefe da família, dando continuidade aos negócios familiares. Ademais, ao final da guerra, muitos homens faleciam ou ficavam mutilados, tornando-se impossibilitados de retornar ao trabalho. Assim, segundo Assis (2009), a mulher entra no mercado de trabalho pela necessidade de prover os demais membros da família.

Na década de 60 e 70, pós Segunda Guerra Mundial, o país passou por uma intensificação do processo de industrialização e crescimento da economia brasileira, provocando mudanças que refletiram sobre o mercado de trabalho. Neste período, observou-se um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, enquanto que os homens reduziram a sua participação. Segundo Wajmann e Rios-Neto (1994), a taxa de atividade feminina no mercado de trabalho brasileiro que era de 16,6% em 1960, passou para 18,4% em 1970, apresentando um acréscimo de 10,8% nesta taxa. Enquanto que, segundo Vieceli (2009), entre os anos de 1960 e 1970 a taxa de atividade masculina decresceu em 6,9%, caindo de 77,2% para 71,9%.

Nos anos 80, muito embora a economia tenha apresentado um baixo desempenho com altas taxas de inflação, houve um crescimento significativo da participação da mulher em atividades remuneradas, cuja taxa chegou ao patamar de 26,9%, crescendo 46,2% em relação

à década anterior. Neste mesmo período, a taxa de atividade masculina cresceu em apenas 0,7%. (VIECELI, 2009)

Esta expansão, cada vez maior, da presença da mulher no mercado de trabalho ocorreu atrelada a muitas transformações sociais e culturais que provocaram mudanças no perfil das trabalhadoras brasileiras. Desta forma, para compreensão das principais características da força de trabalho feminina serão analisadas as taxas específicas de atividade feminina apresentadas por Wajnman e Rios – Neto (1994).

QUADRO 1

TAXAS ESPECÍFICAS DE ATIVIDADE FEMININA NO BRASIL POR IDADE				
– 1950, 1960, 1970 E 1980				
Idade	1950	1960	1970	1980
10 – 19	15,64	15,05	14,86	19,90
20 – 29	16,56	20,92	26,10	37,70
30 – 39	11,44	17,00	20,79	34,20
40 – 49	10,68	16,72	19,56	30,10
50 – 59	9,48	14,62	15,49	21,40
60 – 69	7,78	11,56	10,30	10,60
TRA*	13,60	16,60	18,40	26,90

Fonte: Censos demográficos *apud* Wajnman e Rios – Neto (1994, p. 209)

(*) Definido como a razão entre o número total de mulheres ativas e a população feminina de 10 anos ou mais

Através dos dados esboçados no Quadro 1, observa-se que as mulheres mais velhas não apresentavam uma grande taxa de atividade no mercado de trabalho na década de 50, entendendo-se que provavelmente a maioria delas dedicava-se exclusivamente a vida conjugal e aos filhos. Nesta década, as maiores taxas de atividade feminina estavam concentradas nas faixas etárias de 10 a 19 anos e 20 a 29 anos, que correspondiam a 15,64 e 16,56, respectivamente, indicando que a força de trabalho feminina era, em geral, jovem e com pouco grau de instrução e experiência.

No entanto, a partir da década de 60 essa composição começa a se modificar, trazendo um aumento na taxa de atividade das mulheres mais maduras. A faixa etária de 10 a 19 anos obtém um decréscimo de 3,8% entre os anos de 1950 e 1960, enquanto que as faixas de 20 a 29 anos e 30 a 39 anos têm, respectivamente, um crescimento de 26,3% e 48,6%.

Se analisado um espaço de tempo maior, entre 1950 e 1980, tomando a faixa etária de 10 a 19 anos, a taxa de atividade feminina que era de 15,64 em 1950 atinge 19,90 em 1980, havendo um crescimento de apenas 27,24%. Comparando com a faixa etária de 30 a 39 anos, que em 1950 possuía uma taxa de 11,44 e 34,20 em 1980, nota-se que para esse grupo houve um aumento da taxa de atividade feminina de 198,95%, o que significa um acréscimo 7 vezes maior da participação de mulheres mais maduras no mercado de trabalho. Entre as décadas de 70 e 80, verifica-se que a faixa etária de 10 a 19 anos apresenta um aumento de 33,92%. Já o grupo de 30 a 39 anos dispõe de uma taxa de crescimento de 64,5%.

Os dados mostram que, nos anos 80, apesar das dificuldades da mulher em conciliar o trabalho com a família, foram estas mulheres com mais responsabilidades com a família e com o lar que tinham uma maior participação no mercado de trabalho. (LOMBARDI, BRUSCHINI, 1996)

No estudo realizado por Hoffman e Leone (2004), são apresentadas as taxas de atividade feminina conforme faixa de idade para os anos de 1981 a 1990. Nele foi identificado que, de um modo geral, as mulheres expandiram sua participação no mercado. No entanto, houve redução da participação das mulheres entre 10 e 14 anos, enquanto que as mulheres com idade entre 30 e 44 anos ganharam maior espaço. Tais dados corroboram com o fato já explicitado anteriormente, relacionado ao aumento da força de trabalho feminina com idade mais avançada, o que remete a nova tendência de mulheres casadas e genitoras no mercado de trabalho.

Na década de 1990, as reformas do governo de controle a alta inflação, as quais incluíam a redução dos investimentos e a abertura comercial sem a adoção de medidas que favorecessem o produtor local, acabaram por reduzir a taxa de crescimento do PIB brasileiro (Silva, 2012). Mesmo neste momento de retração da economia, Leone (1999) afirma que a tendência crescente da expansão da inserção da mulher na atividade econômica continuou, mesmo que em um ritmo menor.

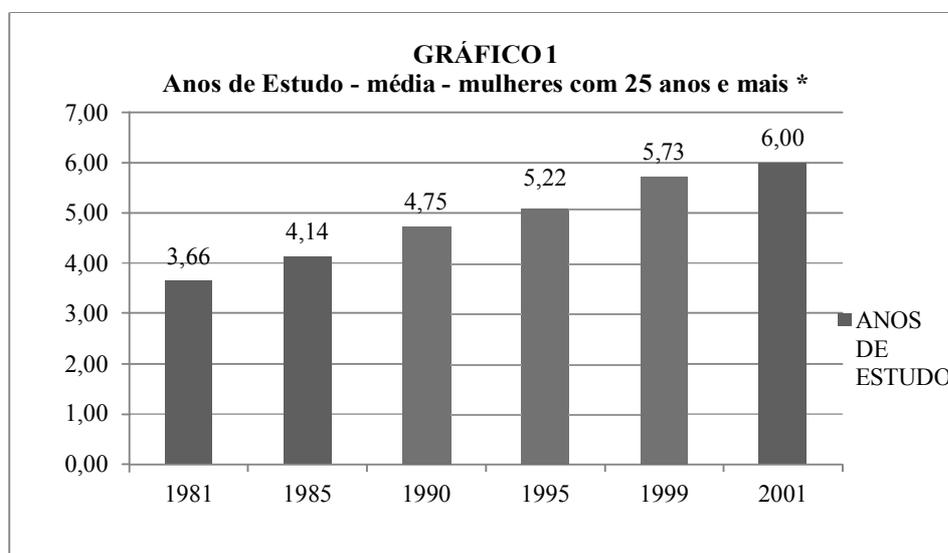
Segundo o IBGE, a taxa de atividade feminina no mercado de trabalho em 1992 era de 47,2% passando para 49% em 1999, cuja variação foi de 3,81%. Se visto apenas em termos de valores, este não foi um aumento tão grande, só que observando a taxa de atividade masculina no mesmo período, nota-se que as mulheres obtiveram vantagem no mercado de trabalho, pois, neste mesmo período os homens tiveram uma redução de 3,7% na sua participação.

O novo perfil da força de trabalho feminina caracterizado pela presença de mulheres mais maduras aponta para outros fatores sociais que estimulam a inclusão da mulher na atividade econômica, como por exemplo, a redução na taxa de fecundidade que, segundo o

Censo Demográfico, em 1960 era de 6,28%, caindo para 4,35% em 1980 e, segundo a Pnad, chega ao patamar de 2,89 em 1991; o aumento da escolaridade feminina e a inversão do papel social da mulher.

[...] profundas transformações nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social das mulheres [...] constituíram mecanismos facilitadores, alterando a formação da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades foram aspectos fundamentais deste amplo processo de transformação. A queda da taxa de fecundidade [...] graças a adoção de práticas anticonceptivas, também desempenhou papel fundamental na ampliação da atividade feminina [...] (LOMBARDI, BRUSCHINI, 1996, p.484)

O Gráfico 1 apresenta a média de anos de estudo das mulheres de 25 anos e mais, cuja taxa de atividade mais cresceu ao longo do tempo. É notório que a maior inserção da mulher no mercado de trabalho esteve atrelada a uma intensificação do nível de escolaridade feminina. Entre os anos 1981 e 2001, as mulheres quase dobraram a sua média de anos de estudo, pois em 1981 a média era de 3,66 anos passando para 6 anos em 2001, o que significa um aumento de 64% no grau de escolaridade feminino.



Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD e Censo Demográfico publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE

No ano de 1990, período em que houve retração da economia brasileira, as taxas de desemprego foram as mais altas desde 1960, inclusive atingiram com maior impacto as mulheres. Segundo o IBGE, até 1970, as mulheres possuíam a menor taxa de desemprego comparada a dos homens, até porque era minoria no mercado de trabalho. No entanto, a taxa

feminina que era de 0,9% em 1970 passou para 8% em 1992, ultrapassando a taxa masculina que era de 1,4% naquele ano e chegou a 5,6% em 1992. Os dados apontam que o maior índice de desemprego recaído sobre as mulheres, cuja oferta de mão-de-obra foi crescente ao longo dos anos, é resultado da insuficiência de postos de trabalho necessários para absorver a crescente força de trabalho feminina neste período.

Como se pode notar, a expansão da participação feminina no mercado de trabalho é uma realidade vivida desde meados do século XX. A mulher, que no início adentrou ao mercado de trabalho com o intuito de complementar a renda familiar e garantir sustento da sua prole, passou a ir em busca da sua independência financeira e autorealização profissional, almejando conquistar, cada vez mais, seu espaço nas atividades produtiva.

[...] independente do fator que as levou a buscar uma colocação no mercado de trabalho “o que há a destacar nas últimas décadas do século XX é a intensidade, a diversificação e a aparente irreversibilidade do processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho. As taxas de participação feminina expandem-se num processo contínuo” e sem grandes oscilações, mesmo em situações conjunturais desfavoráveis elas conseguem superar obstáculos, romper fronteiras e conquistar novos espaços. (GALEAZZI, 2001, p. 61 *apud* COAN, 2008, p.39)

Após este breve histórico sobre o início do processo de inserção da mulher na força de trabalho serão analisados, à luz da literatura, os principais fatores determinantes desta participação, para que, diante deles, possa ser analisada a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano na primeira década do século XXI.

2.1 Fatores determinantes da inserção da mulher no mercado de trabalho

Muitos estudos têm buscado analisar o processo de inserção feminina na força de trabalho, a fim de compreender este avanço cada vez maior das mulheres na atividade econômica. Assim, será realizada uma breve revisão de literatura sobre os trabalhos publicados a respeito dos fatores que tem colaborado para esta realidade vivida desde meados do século XX.

Segundo diversos pesquisadores, a participação crescente da mulher no mercado de trabalho está ligada a razões econômicas e sociais. Hoffmann e Leone (2004) afirmaram que o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho deu-se num momento favorável da economia, no qual a industrialização e a urbanização estavam em expansão, o que facilitou seu ingresso na força de trabalho. Entretanto, mesmo quando a economia esteve num momento de estagnação, elas prosseguiram na atividade econômica auxiliando financeiramente seus cônjuges em caso de desemprego.

Apesar disso, Assis (2009) diz que a rápida inserção da mulher no mercado de trabalho não é explicada somente por ser uma renda complementar na família, mas também pelas transformações sociais do papel da mulher, autorealização, independência financeira, etc. Bruschini (1998) aponta também para as mudanças relacionadas à figura da mulher na sociedade, que, após os movimentos feministas, as mulheres deixaram de ser vistas apenas como mães e donas de casa.

Algumas características das mulheres mudaram ao longo do tempo, como por exemplo: a redução do número de filhos, o aumento da escolaridade e a inversão do papel social da mulher. Desta forma, Fernandes (1998) procurou identificar como a presença de filhos e o nível de escolaridade, especificamente, influenciavam a procura da mulher por trabalho e qual o peso relativo desses fatores no processo de decisão familiar, nas regiões metropolitanas.

Segundo este autor, quanto maior o nível de escolaridade das mulheres maior a probabilidade delas se inserirem na atividade econômica. No que se refere a presença de filhos, ele observou que as mulheres que possuem filhos com idade entre 0 e 5 anos tem uma menor participação do que aquelas com filhos de 11 anos. O autor assinalou ainda que a presença de filhos gera um efeito maior sobre a taxa de atividade da mulher no mercado de trabalho do que a educação, indicando que há um entrave relacionado a alocação do tempo disponível da mulher entre o mercado e a vida familiar. Inclusive, Hoffmann e Leone (2004) apontam para a redução da taxa de fecundidade e o aumento do número de mulheres chefes de família como fatores que estimularam o avanço da mulher no mundo laboral.

Seguindo esta linha de raciocínio, Scorzafave e Menezes-Filho (2001) concluíram que a mulher chefe de família tem uma maior tendência a estar inserida na atividade econômica, pois elas precisam garantir o sustento do lar. No entanto, quanto maior for o número de adultos no domicílio, menor será a necessidade de a mulher estar inserida no mercado de trabalho, desestimulando o seu ingresso na atividade econômica.

A importância de se conhecer as características mais marcantes da trabalhadora brasileira e os fatores que estimulam a sua participação na força de trabalho está em poder minimizar, através de políticas públicas, os efeitos dos fatores que implicam na sua egressão do mercado de trabalho. Por exemplo, o número de filhos pequenos pode dificultar a presença da mulher na atividade econômica. Logo, a criação de creches públicas eficientes poderia facilitar a sua permanência no trabalho e, conseqüentemente, a geração de renda para o sustento da família.

A insuficiência de políticas públicas que facilitem a gestão das demandas conflitivas entre trabalho e cuidados da família [...] repercute nas oportunidades laborais das mulheres, notadamente das mães com filhos dependentes, e reforça as desigualdades de gênero no mercado de trabalho[...] (SORJ, FONTES, MACHADO, 2007, p.577)

[...] no caso da presença de filhos menores a redução na taxa de participação da força de trabalho é maior entre as famílias com maior inclinação à pobreza, o que contribuindo para agravar as perspectivas de quem já se encontra em uma condição socioeconômica desvantajosa. Daí a relevância de políticas públicas que ofereçam substitutos para o tempo da mulher dedicado aos filhos menores, como a disponibilidade de creches para crianças em idade pré-escolar, para possibilitar o regate dessas famílias da condição de pobreza.(RAMOS; AGUAS; FURTADO, 2011, p. 14)

Antes de ser realizada uma análise sobre a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano, em que serão apresentadas suas características e modificações ao longo dos anos, faz-se necessário a realização de uma breve análise sobre o contexto macroeconômico do Brasil e do estado de Pernambuco na década de 2000, apontando os choques econômicos mundiais ocorridos neste período e os impactos causados sobre mercado de trabalho.

3 O CONTEXTO MACROECONÔMICO E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA DÉCADA DE 2000

O período que compreendeu a última década do século XX esteve marcado pela intensa abertura comercial, instabilidade econômica, privatizações, baixos investimentos públicos e privados, altas taxas de inflação e baixo crescimento do PIB. A situação econômica da época provocou a desestruturação do mercado de trabalho, cujas principais conseqüências foram as altas taxas de desemprego, precariedade dos postos de trabalho (aumento do número de empregados sem carteira e empregados domésticos), redução dos rendimentos reais do trabalho, aumento da instabilidade no emprego, etc.

O cenário pessimista dos anos 90 é rompido nos anos 2000 com a possibilidade de recuperação da economia brasileira. Inicialmente, as taxas de crescimento permaneceram módicas, mas a balança comercial passou a registrar um saldo positivo já em 2002, o que significou uma reversão do quadro anterior. (REMY, QUEIROZ, FILHO, 2011, p.4)

Na primeira década de 2000, algumas políticas macroeconômicas começam a sofrer modificações em relação às políticas do governo anterior, como por exemplo, a redução das privatizações das empresas públicas, o aumento dos investimentos – principalmente nos setores estruturantes do país – e o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), as quais permitiram a recuperação da economia. Além destas políticas, houve outras que proporcionaram o crescimento econômico da década através da expansão do mercado interno, como por exemplo, a política de estímulo ao crédito, a política de transferência de renda e valorização do salário-mínimo.

A adoção de uma política destinada a garantir aumentos reais recorrentes do salário mínimo é um fator central para se compreender a redução da desigualdade entre os rendimentos do trabalho no período recente. [...] a valorização em termos reais ganhou impulso a partir de 2005, quando o Governo Federal assumiu um compromisso explícito de promover o crescimento do valor real do salário mínimo [...] aos trabalhadores que estão na base da pirâmide. (BALTAR, 2010, p. 27)

Segundo o relatório “A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000”, publicado pelo DIEESE em 2010,

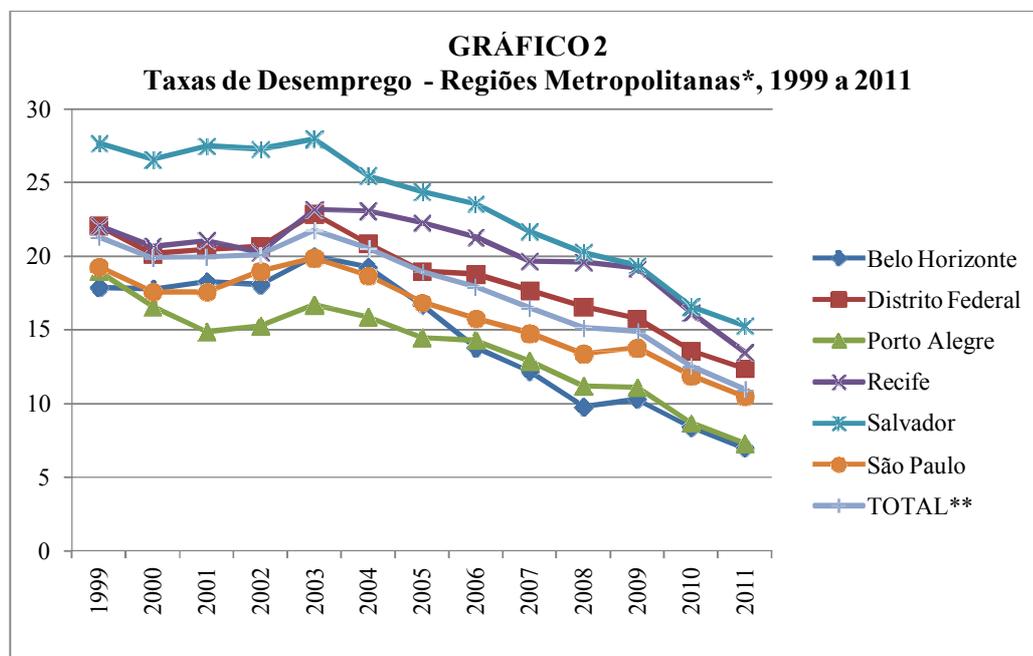
o mercado de trabalho nacional, na última década, apresentou comportamento bastante atrelado à dinâmica econômica do país. Após atingir a mais alta taxa de desemprego do período em 2003, os indicadores de emprego e desemprego passaram a apresentar melhora significativa, tendo apenas desviado dessa trajetória em 2008, em virtude dos efeitos da crise financeira internacional.(DIEESE, 2010, p. 51)

Assim, nos primeiros anos da década de 2000, período de recuperação e crescimento da economia brasileira, o mercado de trabalho apresentou melhorias significativas, destacando-se:

[...] redução das taxas médias de desemprego; expansão do emprego assalariado formal [...]; crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia (inclusive na grande empresa e no setor público); redução do peso do trabalho assalariado sem registro em carteira (ilegal) [...](BALTAR, 2010, p. 10)

Os dados apresentados no Gráfico 2, apresentam a evolução da taxa de desemprego nas regiões metropolitanas do Brasil. Os dados das regiões metropolitanas e mais especificamente os da Região Metropolitana do Recife serão utilizados como uma fotografia reduzida do país e do estado de Pernambuco. Além disto, os dados permitem que seja realizada uma comparação com as demais regiões metropolitanas.

Através da linha que representa a média da taxa de desemprego nas regiões metropolitanas, pode-se observar que esta taxa teve uma trajetória ascendente entre os anos de 2000 e 2003, período no qual houve o menor desempenho do emprego no Brasil. Depois deste período, a taxa de desemprego começa a cair de forma expressiva ano após ano, com exceção dos anos 2008-2009, quando houve a crise econômica mundial e esta taxa permaneceu estável, voltando a decrescer no ano de 2010 e 2011.



Fonte: Elaboração própria. Dados da PED.

(*) Exceto a Região Metropolitana de Fortaleza, cujos dados só estão disponíveis a partir de 2009, logo não serviria para a análise.

(**) Média das taxas de desemprego de todas as Regiões Metropolitanas

A RM de Porto Alegre possuía desde 2000, a menor taxa de desemprego entre as regiões metropolitanas. No entanto, a partir do ano de 2006, ela é superada pela a RM de Belo Horizonte, a qual termina a década com a menor taxa de desemprego (8,4%). Muito embora tenha havido redução desta variável em todas as regiões analisadas, a RM de Salvador permaneceu com a mais alta taxa de desemprego durante toda a década, chegando em 2011 com uma taxa de 15,3%. A RM do Recife, apesar de ter apresentado a segunda maior taxa de desemprego entre todas as regiões, teve uma taxa de desemprego decrescente entre o ano de 2003 e 2011, porém estes decréscimos foram numa proporção menor que as demais regiões.

A redução do desemprego verificada no início do século XXI está associada a retomada de crescimento da economia a partir do ano de 2003, pois observando os dados, pode-se notar quando havia variações positivas na taxa de crescimento do PIB, havia aumento do saldo de empregos formais gerados no mesmo período. Os dados relacionados à evolução do emprego formal no Brasil entre os anos de 2000 e 2011 estão ilustrados no Gráfico 3. Da mesma forma, os dados relacionados ao crescimento do PIB neste período encontram-se no Gráfico 4.

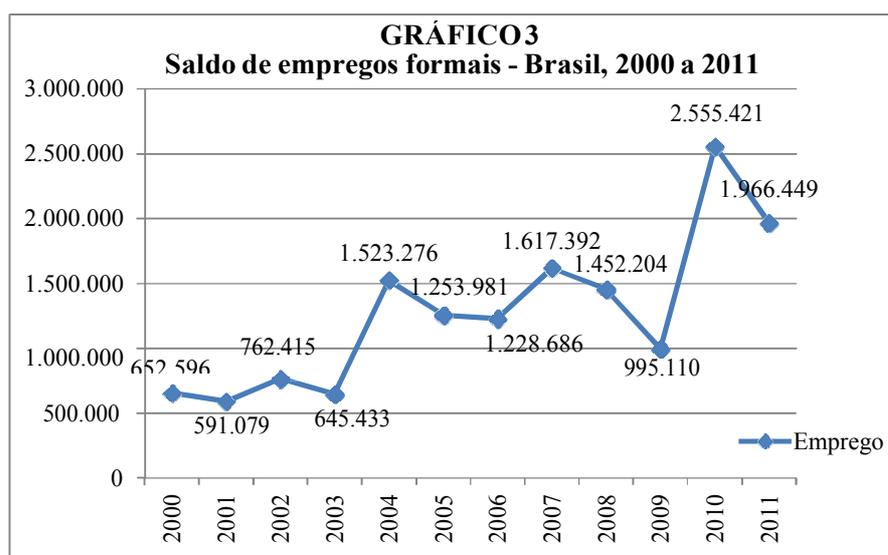
O ano de 2001 esteve marcado pelo baixo crescimento do PIB, de 1,3%, e menor geração de postos formais de trabalho de toda a década (591.079). A partir do ano de 2002, quando o PIB teve uma melhora e apresentou um crescimento de 2,7%, houve uma recuperação de 29% do nível de emprego formal. Porém, no ano de 2003, quando a economia registrou a maior taxa de desemprego e um crescimento do PIB de 1,1%, o saldo de empregos formais sofreu uma redução de 15% em relação ao no de 2002.

No ano de 2004, o PIB apresenta uma recuperação relevante, chegando a uma taxa de crescimento de 5,7%. A situação favorável vai refletir no mercado de trabalho que registra um aumento de 136% de novos postos de trabalho em relação ao ano anterior. A partir deste ano, mesmo com oscilações, o número de vagas formais de trabalho permanece em torno de mais de 1 milhão.

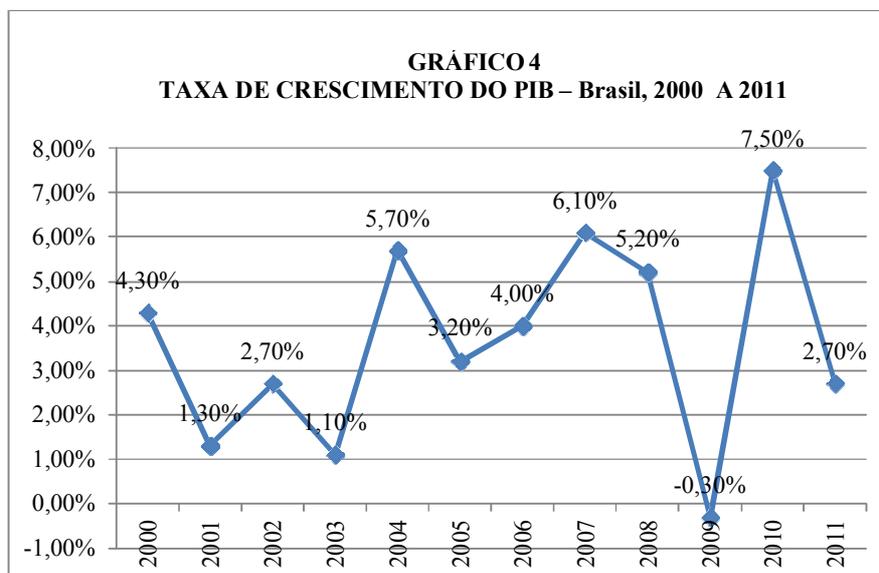
No ano de 2008, mesmo em meio à crise econômica mundial, o saldo de empregos formais tem apenas uma leve queda em relação ao ano de 2007, assim como o PIB que em 2007 era de 6,1%, cai em 2008 para 5,2%. No entanto, as conseqüências da crise serão sentidas em 2009, quando o saldo de emprego apresenta uma redução de 31%, chegando a 995.110 novas vagas formais de trabalho, e a taxa de crescimento do PIB cai para -0,3%, sendo esta a pior taxa de crescimento da década. Apesar da situação, o mercado formal de trabalho brasileiro se recupera rapidamente e, em 2010, atinge o maior número de novos

postos de trabalho formais (2.555.421) e a maior taxa de crescimento do PIB (7,5%) de toda a década a primeira década do século XXI.

No ano de 2011, o saldo foi de 1.944.449 novas vagas de emprego formal, o que significou um recuo de 23% em relação ao resultado de 2010. Apesar disso, o número de novos postos de trabalho em 2011 foi o segundo maior desde o ano de 2003. As razões para esta queda do emprego formal foram discutidas por Anselmo Luís dos Santos, do Instituto de Economia da Unicamp, numa reportagem para o site O Globo. Na ocasião ele afirmou que “o ano de 2010 foi um ano de recuperação econômica e de eleições. No ano passado, o cenário era mais adverso com corte do gasto público feito pelo governo, aumento do juro (Selic) e agravamento da crise européia. No início do ano, o governo falava na criação de 3 milhões de empregos, o que naturalmente era uma aposta muito alta porque a economia não cresceria tanto. Mas chegar a quase 2 milhões de novos empregos é um número excepcional.



Fonte: Elaboração própria. Dados do CAGED publicados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego.



FONTE: Elaboração própria. Dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM

Da mesma forma que ocorreu no país, a evolução de empregos formais no estado de Pernambuco, nos primeiros anos de 2000, esteve associada ao crescimento do PIB. Inclusive, nos períodos em que o aumento percentual da taxa de crescimento do PIB pernambucano foi superior ao do país, pode-se verificar uma variação percentual do saldo de empregos pernambucano superior a do Brasil.

Os dados esboçado no Gráfico 5 permite a análise dos saldos de emprego formais gerados em Pernambuco no período de 2003, ano com baixo crescimento do emprego, porém o ponto de partida do crescimento do emprego formal na década, e o ano 2011. Para a análise relacionada com a taxa de crescimento da economia, o Gráfico 6 esboça a trajetória do PIB no mesmo período.

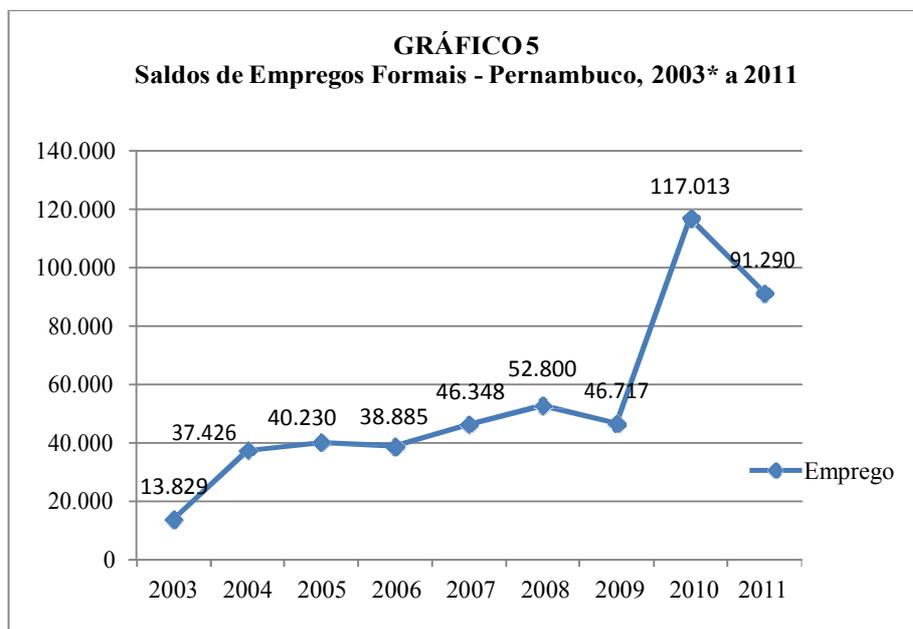
No ano de 2003, o PIB pernambucano apresentou uma taxa de crescimento de -0,6% em relação ao ano anterior e o pior saldo de empregos no período 2003/2011 (13.829). No entanto, no ano de 2004 a economia de Pernambuco começa a se recuperar, a taxa de crescimento do PIB chega a 4,2% e o emprego cresce 171%. Nota-se que, apesar do crescimento do PIB brasileiro ter sido, neste ano, superior ao crescimento do PIB de Pernambuco, o saldo de empregos gerados no estado foi, em termos percentuais, superior ao saldo de empregos gerados no país.

Entre os anos de 2004 e 2008, tanto a trajetória do PIB quanto o nível de empregos formais tiveram pequenas variações. Entretanto, no ano de 2009, a taxa de crescimento do PIB de Pernambuco cai para 2,8%, igualmente, o saldo de emprego tem uma queda de 11,5%.

Em 2010, o PIB volta a crescer a uma taxa de 7,7% e o mercado de trabalho registra o maior saldo de emprego formal, cujo crescimento em relação ao ano anterior foi de 150,5%. Em 2011, o saldo de emprego apresenta um decréscimo de 22% atrelado a queda da taxa de crescimento do PIB para 4,5%.

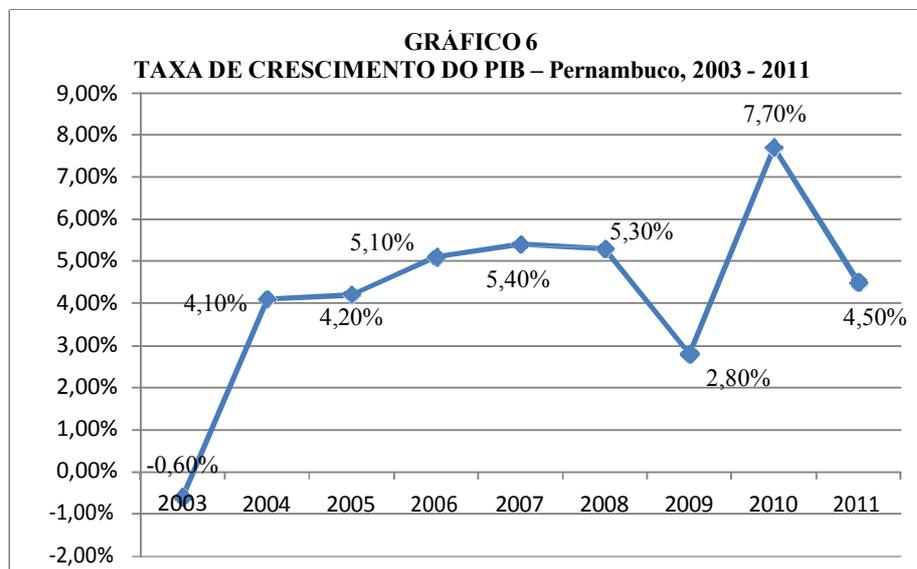
Fazendo um comparativo, entre os anos de 2003 e 2011, quando a economia pernambucana apresentou uma taxa de crescimento do PIB de 5,1% e o Brasil obteve uma taxa de crescimento do PIB de 4,2%, o saldo de emprego pernambucano subiu de 13.829 para 117.013, significando um acréscimo de novos empregados em 746%, ultrapassando o percentual de crescimento de empregos do país (201%). Esse aumento significativo do saldo de empregos é fruto da expansão dos projetos de investimentos em Pernambuco. Segundo Silva (2012), neste período, observou-se que os investimentos do governo foram maiores no estado do que no Brasil, o que ficou comprovado pela proporção entre o desembolso total do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o PIB que correspondeu a 4,5% em Pernambuco e 3,1% no país.

Segundo Lima, Sicsú e Padilha (2007), a economia de Pernambuco a partir dos anos 2000, apresentou um desempenho considerável, se comparado com crescimento da economia nacional. A causa deste melhor desempenho foi atribuída a atração de alguns investimentos no Porto de Suape, a expansão das atividades têxteis e de confecções e as consolidação das atividades terciárias de comércio e serviços.



Fonte: Elaboração própria. Dados do CAGED publicados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego.

(*)A análise foi iniciada no ano de 2003 por ter sido o ano no qual deu-se início a recuperação do emprego formal brasileiro na década de 2000.



FONTE: Elaboração própria. Dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM

Essa evolução do patamar de empregos formais gerados no Brasil e no estado de Pernambuco foi impulsionada por determinados setores da economia. A Tabela 1 apresenta os dados sobre a geração de empregos formais por setores de atividade, numa comparação entre os anos de 2003 e 2011.

Através dela pode-se notar que, no Brasil, o setor de serviços foi o mais representativo no saldo de empregos gerados no ano de 2011, sendo ele responsável por aproximadamente 47,5% do saldo total de empregos formais gerados neste ano. Em segundo lugar, ficou o setor de comércio, representando 23,4% do total de novos postos de trabalho. Neste período, os dois setores juntos foram responsáveis por 71% do saldo total de empregos formais.

TABELA 1
EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL SEGUNDO
SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, BRASIL E
PERNAMBUCO – 2003 E 2011

SETORES	ANO	BRASIL	PERNAMBUCO
		SALDO	SALDO
1. EXTRATIVA MINERAL	2003	6.605	-48
	2011	19.538	277
2. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2003	128.791	4.135
	2011	218.138	8.502
3. SERV. IND. DE ÚTIL. PÚBLICA	2003	3.147	94
	2011	9.467	1.630
4. CONSTRUÇÃO CIVIL	2003	-48.155	-4.355
	2011	225.145	21.261
5. COMÉRCIO	2003	225.908	4.614
	2011	459.841	16.904
6. SERVIÇOS	2003	260.285	4.721
	2011	934.967	44.325
7. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2003	9.830	-160
	2011	16.126	-243
8. AGROPECUÁRIA	2003	58.198	4.815
	2011	83.227	-1.366

Fonte: Elaboração própria. Dados do CAGED publicados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego

Fazendo um comparativo com o ano de 2003, pode-se notar que foram esses mesmos setores os principais responsáveis pela maior geração de emprego, acrescentando ainda o setor da indústria de transformação que, embora tenha continuado a gerar um saldo positivo de emprego em 2011, foi ultrapassado pelo setor da construção civil. Quanto a este último, uma questão que é importante ser observada é a recuperação do emprego entre os anos de 2003 e 2011.

No ano de 2003, a construção civil demitiu mais do que empregou ficando um saldo negativo de 48.155 vagas. Porém, quando observado o ano de 2011, este setor foi responsável por 225.145 novas vagas de trabalho, significando um avanço de 567% no número de novas

vagas de emprego, o que pode ser explicado pelo crescimento de 5% deste setor entre os anos de 2003 e 2011, sendo inferior apenas ao crescimento do setor de comércio (5,5%).

No estado de Pernambuco, o aumento do número de empregos no mercado de trabalho foi impulsionado graças à implantação dos projetos de grande porte do governo que estimularam o setor de construção civil, cujas atividades demandam muita mão-de-obra e refletem em outros setores, como por exemplo, o setor de serviços, que, de acordo com os dados do CAGED, o serviço de maior crescimento no ano de 2011 estava relacionado à área de comércio e administração de imóveis.

O saldo de emprego do setor de construção civil cresceu 588% e do setor de serviços cresceu 839% entre os anos de 2003 e 2011, ambos foram responsáveis por 72% das novas vagas de trabalho no estado em 2011. No mesmo período, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, a construção civil pernambucana obteve um crescimento de 8,6%, o que representou o maior percentual de crescimento entre todos os setores da economia. Logo, era de se esperar que o aumento de empregos na construção civil fosse considerável.

Os dados apresentados mostram que a primeira década do século XXI, apesar de ter sido uma época marcada por oscilações na economia devido aos choques econômicos mundiais, houve períodos de crescimento do nível de emprego formal tanto no Brasil como no estado de Pernambuco. Assim, o próximo capítulo tem por objetivo identificar como se processou a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano, neste período.

4 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E PERNAMBUCANO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2001-2011

A evolução do emprego formal observada ao longo da primeira década de 2000 no Brasil e no estado de Pernambuco, não proporcionou um aumento na taxa de atividade total no mercado de trabalho. Em nível nacional, esta taxa permaneceu quase que constante – 60,45% em 2001 e 60,04% em 2011 -, enquanto que no Estado de Pernambuco, houve redução considerável deste percentual – 57,99% em 2001 e 50,55% em 2011. Diante disto, cabe analisar a trajetória da taxa de atividade masculina e feminina no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano dentro do contexto econômico apresentado no capítulo anterior.

A Tabela 2 apresenta a evolução da taxa de atividade no período entre 2001 e 2011. Através dela pode-se notar que, no Brasil, nos anos de 2001 a 2005, a taxa de atividade masculina e feminina assumiu uma tendência de alta. Os dados apontam que as mulheres tiveram um crescimento de 8%, enquanto que os homens cresceram em apenas 1%. No ano de 2006, há uma leve redução da taxa de atividade de homens e mulheres, 0,9% e 0,45%, respectivamente. A partir de então, a taxa de atividade masculina e feminina permanece com pequenas oscilações.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE (%) - 2001 A 2011

BRASIL										
ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
TOTAL	60,45	61,31	61,39	62,02	62,89	62,43	62,04	61,99	62,11	60,04
HOMEM	72,83	73,16	72,84	73,20	73,59	72,93	72,39	72,45	72,29	70,77
MULHER	48,91	50,27	50,68	51,61	52,88	52,64	52,34	52,22	52,63	50,08
PERNAMBUCO										
ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
TOTAL	57,99	59,40	58,87	58,39	59,58	58,92	58,13	57,45	55,79	50,55
HOMEM	71,11	71,90	71,90	72,17	71,43	71,76	71,28	69,15	68,66	63,85
MULHER	46,06	47,82	46,90	46,13	48,62	47,35	46,02	46,79	44,23	38,59

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

No ano de 2011, as taxas de atividade masculina e feminina reduzem, em 2,10% e 4,84%, respectivamente, em relação ao ano de 2009. É importante observar que tanto a taxa de atividade masculina como a taxa de atividade feminina tiveram variações entre o ano de 2001 e 2011. No entanto, em 2011, as mulheres ainda conseguiram obter uma taxa de

atividade 2,4% maior do que no ano de 2001, enquanto que os homens tiveram uma redução desta taxa em 3% no mesmo período. Ainda assim, pode-se notar que a taxa de atividade feminina cresceu em proporções inferiores aquelas observadas no fim do século XX.

No mercado de trabalho do estado de Pernambuco, a realidade vivida foi diferente do que ocorreu no país, pois mesmo com o aumento da taxa de crescimento do PIB pernambucano, muitas vezes superior ao PIB nacional, que proporcionou a geração de muitos postos formais de trabalho nos anos 2000, como foi visto no capítulo anterior, as taxas de atividade masculina e feminina apresentaram em 2011 um percentual inferior ao do ano de 2001, refletindo os períodos de crise.

Entre os anos de 2001 e 2005, a taxa de atividade feminina cresceu numa proporção superior a taxa de atividade masculina. As mulheres que em 2001 possuíam uma taxa de atividade de 46,06%, chegaram em 2005 a 48,62%, crescendo em 5,56%. Enquanto que a taxa de atividade masculina cresceu apenas 0,45%, passando de 71,11% em 2001 para 71,43% em 2005. Já no período 2006/2011, a taxa de atividade masculina e feminina foi decrescendo até que, em 2011, apresentaram a menor taxa de atividade de todo o período analisado. Se for feita uma comparação da taxa de atividade masculina e feminina entre o ano de 2001 e 2011, pode-se notar que mulheres tiveram um decréscimo de 16,2% e os homens de 10,2%.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios define a taxa de atividade como sendo a percentagem das pessoas economicamente ativas (PEA) de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. A PEA é composta pela população ocupada e que estava procurando emprego. A população ocupada foi definida pelas pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do período, incluindo aquelas ocupadas em trabalhos não remunerados ou que estavam de férias, licença, etc.

Assim, para entender melhor a trajetória da taxa de participação de participação, cabe observar os dados referentes aos seus componentes como forma de entender as variações que ocorreram no período, pois estas variações sinalizam tanto *“eventos conjunturais como processos de longo prazo”*. (FONTOURA; GONZALEZ, 2009)

A Tabela 3 apresenta os dados referentes a População Economicamente Ativa e a População Ocupada masculina e feminina nos anos de 2001 a 2011. Através dela pode-se notar que tanto os homens quanto as mulheres enfrentaram dificuldades no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano, principalmente nos períodos de queda do emprego formal.

TABELA 3
POPULAÇÃO OCUPADA E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA* - 2001 A 2011

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA				PEA			
	BRASIL		PERNAMBUCO		BRASIL		PERNAMBUCO	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
2001	45.625	31.312	2.032	1.384	49.344	35.542	2.218	1.580
2002	46.775	32.933	2.104	1.450	50.498	37.252	2.293	1.648
2003	47.299	33.476	2.126	1.426	51.303	38.182	2.323	1.647
2004	49.637	35.609	2.122	1.434	53.251	40.312	2.324	1.671
2005	50.805	36.891	2.185	1.518	54.679	42.003	2.398	1.765
2006	51.611	38.026	2.211	1.549	55.127	42.733	2.401	1.757
2007	52.440	38.415	2.242	1.479	55.826	43.073	2.467	1.728
2008	53.819	39.602	2.234	1.555	56.769	43.818	2.401	1.787
2009	53.860	39.924	2.204	1.430	56.798	44.349	2.408	1.724
2011	54.805	39.958	2.163	1.380	57.616	43.970	2.319	1.558

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

(*)Mil pessoas

No Brasil, no ano 2001/2002, quando o saldo de empregos teve um leve crescimento, o número de mulheres ativas e ocupadas expandiram em 4,8% e 5,2%, respectivamente. Neste mesmo período, o crescimento da PEA masculina teve uma expansão de 2,3% e a população ocupada masculina cresceu em 2,5%. Observa-se que, em termos percentuais, as mulheres tiveram um crescimento superior aos homens no mercado de trabalho.

Entre os anos de 2002 e 2003, a PEA e a população ocupada femininas têm um crescimento menor do que o período anterior, 2,5% e 1,65%, em razão da queda do emprego formal. Porém, as conseqüências da desaceleração do mercado de trabalho recaem com maior peso sobre os homens, que só conseguem ampliar o número de homens ativos em 1,6% e de ocupados em 1,1%.

No ano de 2004, quando há a primeira expansão considerável de novas vagas de trabalho, as mulheres conseguem uma recolocação no mercado de trabalho superior ao apresentado pelos homens, pois a população ocupada feminina cresce em 6,4% com relação ao ano anterior, enquanto que os homens ocupados crescem 5%.

Mesmo que em percentuais menores, os homens e as mulheres continuaram expandindo sua participação na atividade produtiva até que, em 2009, o número de mulheres ocupadas e da PEA feminina apresentam um crescimento de apenas 0,8% e 1,2%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Neste período, a população ocupada masculina cresceu apenas 0,08% e o número de homens ativos cresce apenas 0,5%. No entanto, nos anos 2009/2011, os homens trabalhadores conseguem recuperar sua participação no mercado de

trabalho alcançando um crescimento da PEA masculina de 1,4% e da população ocupada de 1,8% neste período.

No ano de 2011, as mulheres apresentam o pior crescimento da população ocupada (0,08%) de todo o período analisado e a PEA feminina sofre uma redução de 0,9%. Verificar que, o contexto macroeconômico de 2008 e 2011 e as variações no emprego formal ocorridas no ano de 2009 e 2011 trouxeram conseqüências tanto para os homens como, principalmente, para as mulheres.

O artigo “Desigualdades de gênero no mercado de trabalho: dois passos adiante, um atrás” da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicado em 11 de dezembro de 2012, apresenta que entre os anos de 2002 e 2007, a taxa média de desemprego feminina era de 5,8%, com uma diferença de apenas 0,5 pontos percentuais com relação a taxa de desemprego masculina (5,3%). Porém, em 2011, esta diferença aumenta para 0,7 pontos percentuais, pois a taxa de desemprego entre as mulheres atinge 6,4% e a dos homens 5,7%. A organização ainda informou que, antes da crise as diferenças entre homens e mulheres em termos de desemprego e emprego-população haviam diminuído. Porém, após a crise houve reversão desta tendência, verificando-se a destruição de 13 milhões de emprego para as mulheres.

No estado de Pernambuco, as taxas de crescimento da população ocupada e da PEA no período de 2001 a 2011 apresentam a mesma tendência nacional de desaceleração do crescimento da ocupação nos períodos de crise no mercado de trabalho e na economia.

No ano 2001/2002, assim como no Brasil, houve crescimento do número de mulheres ocupadas e da PEA feminina, as quais expandiram, respectivamente, em 4,8% e 4,3%. Do mesmo modo, os homens economicamente ativos cresceram em 3,4% e ocupados em 3,5%. Porém, diferentemente do que ocorreu no país, no ano de 2003, a queda do emprego formal atingiu mais as mulheres do que os homens, pois elas apresentaram um decréscimo da população ocupada em 1,66% e da PEA de 0,06% em relação ao no de 2002. Mesmo havendo um crescimento menor, os homens expandiram a população ocupada e a PEA masculina em 1,4% e 1,3%, respectivamente.

No ano de 2004, frente a recuperação do crescimento da economia pernambucana, cuja taxa de crescimento do PIB foi de 4,1% e a considerável expansão do emprego formal, a população ocupada feminina cresceu 5,9%, como também o número de mulheres economicamente ativas cresce em 5,6% em relação ao ano anterior, apresentando o maior crescimento percentual do período analisado e sendo superior ao percentual de crescimento

masculino, o qual apresentou uma taxa de crescimento do número de ocupados de 3% e da PEA de 3,2%.

Entre os anos de 2009 e 2011, o mercado de trabalho pernambucano é mais impactado pela crise do que o mercado de trabalho nacional, pois ambos os sexos reduzem o número de ocupados e de pessoas economicamente ativas. Mesmo assim, as mulheres perdem mais espaço no mercado de trabalho do que os homens, pois têm uma redução de 3,5% da população ocupada e da PEA feminina de 9,6%, enquanto que o número de homens ocupados reduz em 2% e 3,7% dos homens economicamente ativos deixam de fazer parte deste grupo.

Fazendo uma análise do período, observa-se que, no Brasil, as mulheres ainda conseguiram ampliar a sua população ativa numa proporção maior que os homens. Os dados apontam que a PEA feminina que era de 35.542.000 em 2001, passou para 43.970.000 em 2011, o que significou um aumento de 24%, enquanto que a PEA masculina aumentou 17% no mesmo período, passando de 49.344.000 para 57.616.000.

Segundo o IPEA (2006 apud COAN, 2008), a taxa de crescimento da PEA feminina superior a taxa de crescimento da PEA masculina, colabora para uma participação da mulher na PEA maior que a participação masculina. Tal fato pode ser verificado no Brasil.

No entanto, essa situação não é observada em Pernambuco, pois a PEA masculina cresceu em 4,55%, entre os anos de 2001 e 2011, passando de 2.218.000 para 2.319.000, enquanto que a PEA feminina teve seu número reduzido em 1,4% entre 2001 e 2011, passando de 1.580.000 para 1.558.000 mulher em atividade produtiva, ou seja, a mulher reduziu sua participação na força de trabalho.

A outra variável que compõe a taxa de atividade é o total de pessoas do mesmo grupo etário analisado. Os dados relacionados a ela estão esboçados na (Tabela 4), os quais mostram que, no Brasil, a população masculina cresceu em 22% e a feminina cresceu em 21% entre os anos de 2001 e 2011. No mesmo período, em Pernambuco, o crescimento da população masculina foi de 16,5% e das mulheres foi de 17,69%. Logo, era de se esperar que a taxa de atividade masculina no Brasil decrescesse, pois o crescimento da população em idade ativa foi superior ao crescimento da população masculina neste período. Já as mulheres ativas cresceram numa proporção maior do que a população feminina, fazendo com que a taxa de atividade expandisse.

Em Pernambuco, ambos os sexos apresentaram um expansão da população superior ao crescimento da PEA e assim a taxa de atividade reduziu em consequência do maior número de pessoas em idade de trabalhar diminuindo a proporção de pessoas ativas em relação aquelas em idade ativa.

TABELA 4
POPULAÇÃO COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE
– 2001 E 2011

ANO	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA			
	BRASIL		PERNAMBUCO	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
2001	64.097	72.666	3.117	3.430
2011	78.071	87.798	3.631	4.037

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

Dessa forma, os dados levam a crer que a redução do desemprego na RMR, apresentada no capítulo anterior, mesmo em um cenário de redução da população ocupada feminina e baixa expansão da população ocupada masculina, foi possível graças ao aumento do número de postos de trabalho e baixo crescimento da PEA em relação ao crescimento da população. Esta situação é caracterizada pela saída de pessoas do mercado de trabalho para a condição de inativos, os quais passam a ser sustentados por outras fontes. Ou seja, reduziu-se o número de pessoas que constituem a força de trabalho ativa e, dentre esse, houve redução do número de desempregados, mesmo com reduzido crescimento da quantidade de pessoas ocupadas.

É importante destacar que a participação da mulher pernambucana na PEA é, em termos percentuais, bastante semelhante à participação da mulher na PEA nacional e nas grandes regiões. Pode-se notar que há uma homogeneidade na participação das mulheres na força de trabalho, pois elas ocupam algo em torno de 40% a 44% na PEA do Brasil e das suas grandes regiões.

Os dados da PNAD 2011 demonstram que no Sul e Sudeste, as mulheres compunham 44% da PEA, enquanto que nas Regiões Norte e Nordeste representavam, respectivamente, 40% e 42% da PEA regional. Se comparado com os percentuais do ano de 2001, a situação é a mesma: a Região Sul e Sudeste são as que mais possuem mulheres na composição da PEA. Logo, verifica-se que, as mulheres estão mais presentes no mercado de trabalho das regiões mais desenvolvidas.

Segundo Bruschini (1994), intensas transformações no papel social das mulheres e mudanças no seu comportamento facilitaram a presença delas no mercado de trabalho, principalmente nas regiões mais desenvolvidas, na qual se observa, por exemplo, uma queda maior da taxa de fecundidade e, conseqüentemente, a redução do número de filhos, possibilitando a saída das mulheres para o mercado de trabalho. Assim, é normal que as maiores taxas de atividade estejam nessas regiões, pois além de existir um maior número de

mulheres na força de trabalho, a própria cultura da região proporciona uma maior inserção feminina no mundo laboral.

TABELA 5
PEA TOTAL, PEA FEMININA, PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PEA POR
REGIÕES GEOGRÁFICAS - GRANDES REGIÕES - 2001 E 2011

GRANDE REGIÃO	PEA TOTAL		PEA MASCULINA		PEA FEMININA		PARCELA FEMININA NA PEA (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Norte	4.362	7.955	2.631	4.778	1.730	3.176	40	40
Nordeste	23.111	26.149	13.647	15.195	9.464	10.954	41	42
Sudeste	37.339	43.980	21.503	24.446	15.836	19.534	42	44
Sul	13.909	15.714	7.934	8.747	5.975	6.966	43	44
Centro-Oeste	6.165	7.788	3.629	4.449	2.536	3.339	41	43

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

A disponibilidade das mulheres para a atividade econômica está atrelada a uma combinação de diversos fatores relacionados às características pessoais, tais como: idade, escolaridade, posição no domicílio e filhos. Além dessas, a condição familiar na qual a mulher está inserida também influencia no processo de participação feminina no mercado de trabalho.

A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares. O estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como o ciclo de vida — famílias em formação, com filhos pequenos, famílias maduras, filhos adolescentes, famílias mais velhas etc.— e a estrutura familiar — família conjugal, chefiada por mulher, ampliada pela presença de outros parentes etc... — são fatores que estão sempre presentes na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. (BRUSCHINI, 1993, p.23)

No período analisado, pode-se observar que perpetuou-se a tendência já observada no fim do século XX de mudança no perfil da trabalhadora brasileira, o qual elas deixam de ser em sua maioria jovens, solteiras e sem filhos, como nos anos 70, passando a apresentar idade mais elevada, onde normalmente estão concentradas as mulheres casadas e com filhos. Tal fato também é observado no mercado de trabalho de Pernambuco.

A Tabela 6 a seguir é composta por dados relacionados à taxa de atividade feminina conforme a faixa etária. Através dela pode-se notar que, no Brasil as únicas faixas etárias que tiveram redução da presença de mulheres no mercado de trabalho foram as de idade entre 10 e 14 anos e 15 e 19 anos. A taxa de atividade das mulheres com idade entre 10 e 14 anos caiu

em 55,6% e a de mulheres com idade entre 15 e 19 anos caiu em 12,5% entre os anos de 2001 e 2011.

TABELA 6
Taxa de Atividade Feminina por idade - Brasil e Pernambuco - 2001 e 2011

IDADE	ANO			
	BRASIL		PERNAMBUCO	
	2001	2011	2001	2011
10 a 14 anos	9%	4%	13%	3%
15 a 19 anos	40%	35%	35%	22%
20 a 24 anos	63%	67%	56%	55%
25 a 29 anos	66%	72%	59%	58%
30 a 39 anos	69%	72%	65%	57%
40 a 49 anos	65%	69%	62%	55%
50 a 59 anos	49%	52%	48%	41%
60 anos ou mais	19%	17%	22%	9%

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

No estado de Pernambuco, como foi visto, houve redução da taxa de atividade feminina no período analisado, só que a mulheres mais jovens foram as que mais perderam participação na atividade laboral. Entre os anos de 2001 e 2011, as mulheres com idade entre 10 e 14 anos tiveram uma redução 77% e as mulheres com idade entre 15 e 19 anos caíram em 37%. Dessa forma, é notório que houve redução bastante significativa da mão-de-obra feminina mais jovem no mercado de trabalho pernambucano, cuja taxa de atividade alcançou um patamar inferior ao brasileiro.

Se observado, nos anos 2001 e 2011, tanto no Brasil como no estado de Pernambuco, os maiores percentuais de atividade estão relacionados a faixa etária acima de 25 anos e abaixo de 39 anos. Os dados comprovam a existência de mulheres mais maduras no mercado de trabalho.

Observando a continuidade das maiores taxas de atividades estarem concentradas nas faixas etárias nas quais, normalmente, as mulheres assumem a maternidade, duas questões podem ser analisadas: i) as mulheres estão adiando a vida materna e investindo em sua profissionalização ou ii) as mulheres não estão saindo do mercado de trabalho para cuidar dos filhos.

A respeito da primeira questão, pode-se observar que ao passo que as mulheres tem investido na sua carreira profissional, pode-se verificar uma redução na taxa de fecundidade está sendo reduzida gradativamente. Segundo Bruschini (1994), a presença de filhos interfere

na participação da mulher no mercado de trabalho, pois a responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos sem o apoio de instrumentos coletivos como as creches, limitam a saída da mulher para exercer alguma atividade remunerada. Essa situação pode ser observada principalmente entre as mulheres mais pobres, pois normalmente estão empregadas em trabalhos de baixa remuneração, impossibilitando-as de custear creches e babás, por exemplo.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2000 essa taxa era de 2,38, passando para 1,9 em 2010, apresentando assim uma redução de 20%. Na região Nordeste, a taxa de fecundidade em 2000 era de 2,69, passando para 2,06 em 2010, ou seja, houve uma queda de 23,42% nesta variável. O estado de Pernambuco seguiu a mesma tendência histórica de redução. A referida variável que no início dos anos 2000 tinha uma média superior a média brasileira, 2,48, conseguiu alcançar o índice de 1,9, obtendo assim uma diminuição de 23%, igualando a taxa de fecundidade do país e sendo inferior a taxa do Nordeste.

Com a diminuição da fecundidade, o número de filhos por mulher se reduziu, [...] diminuiu-se o tamanho das famílias, o que acarretou o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres. Houve transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, devido à intensificação causada pelo impacto dos movimentos feministas, desde os anos setenta, e pela presença, cada vez mais atuante, das mulheres nos espaços públicos, alterando a constituição da identidade feminina, mais voltada para o trabalho produtivo[...] (FERNANDES, PEDROSA, GONÇALVES, OLIVEIRA, PINTO, 2011. p.74)

A segunda questão está relacionada ao aumento dos núcleos familiares chefiados por mulheres. Segundo Hoffmann e Leonne (2004), a diminuição na proporção de domicílios que tem o homem como pessoa de referência na família aponta para o aumento do número de divórcios ou menor frequência de casamentos, o que pode refletir no maior número de domicílios chefiados por mulher.

Segundo os dados do IBGE, em 2001, 27,35% das famílias brasileiras tinham as mulheres como pessoa de referência e em 2011 esse percentual passou a ser de 37,45%. No Nordeste, 27,8% das famílias eram chefiadas por mulheres em 2001, passando para 38,64% em 2011. Os dados para o estado de Pernambuco apresentam uma expansão das famílias com liderança feminina, cujo crescimento foi de 29,98% em 2001 para 41,38% em 2011. Nota-se que, desde o início da década o percentual de domicílios chefiados por mulheres no estado de Pernambuco era superior ao do país, bem como ao da região Nordeste.

Vê-se, portanto, que assim como no fim do século XX, a economia brasileira na década de 2000 esteve marcada por muitas oscilações e mesmo assim as mulheres conseguiram perpetuar a tendência de inserção no mercado de trabalho mesmo que numa proporção menor, enquanto que os homens reduziram sua participação. Já em Pernambuco a

situação foi diferente, homens e mulheres reduziram sua participação no mercado de trabalho, porém as mulheres caíram numa proporção maior, diferenciando da realidade vivida no restante do país.

Contudo, observa-se que, independente da trajetória de participação da mulher no mercado de trabalho nacional e do estado de Pernambuco, as características da força de trabalho feminina brasileira e pernambucana são bem semelhantes. Como foi visto neste capítulo, ao passo que as mulheres estão se dedicando a atividade remunerada, a presença de filhos tem se reduzido, como também tem aumentado o número de mulheres chefes de família, características essas já observadas em outros estudos como favorecedoras da participação da mulher no mercado de trabalho. Outra característica de grande importância e que ainda não foi mencionada é a escolaridade, a qual será discutida nas próximas seções referentes a ocupação e a remuneração. Quanto a estas últimas, será ressaltada a discriminação enfrentada pelas mulheres na atividade produtiva.

4.1 Ocupação da mulher no mercado de trabalho

O mercado de trabalho brasileiro e pernambucano apresenta indicativos de discriminação de gênero, principalmente no que se refere a posição na ocupação, tempo de permanência no emprego e remuneração. Assim sendo, neste capítulo, serão apresentados dados relacionados a ocupação e tempo de permanência no trabalho principal, afim de que possa ser discutida a realidade vivida pelas mulheres no mercado de trabalho de brasileiro e pernambucano.

Segundo Abramo (2003), a distribuição de homens e mulheres por posição de ocupação é apresentada de forma muito desigual, pois esta distribuição está mais ligada a cultura que determina, hierarquicamente, os lugares e valores diferenciados ao trabalho exercido por homens e mulheres no mercado de trabalho do que a características técnicas, como por exemplo, a escolaridade, daqueles que compõem a força de trabalho, evidenciando assim a persistente discriminação de gênero.

Através da análise da posição da ocupação exercida por mulheres e homens no mercado de trabalho, pode-se verificar que a força de trabalho feminina brasileira e pernambucana possui uma inserção mais precária que os homens no mercado de trabalho, apesar das mulheres estarem expandindo sua escolaridade numa proporção maior que os homens. Assim, antes de serem apresentadas as categorias de ocupação nas quais os homens e

mulheres estão inseridos, faz-se necessário apresentar os dados referentes aos níveis de escolaridade.

A Tabela 7 mostra que ocorreu uma melhora considerável no nível de escolaridade dos ocupados entre os anos de 2001 e 2011, pois a medida que decresce o número de ocupados com nível de escolaridade até 8 anos, ele aumenta nos níveis mais elevados de escolaridade. O próprio mercado de trabalho pode ter sido responsável pelo aumento do grau de escolaridade dos trabalhadores, pois cada vez mais as empresas têm exigido uma maior qualificação dos profissionais.

TABELA 7
POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO - BRASIL E
PERNAMBUCO, 2001 –2011

ANOS DE ESTUDO	BRASIL				PERNAMBUCO			
	HOMEM		MULHER		HOMEM		MULHER	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Sem instrução e								
menos de 1 ano	8.355	5.902	5.005	2.835	654	415	418	147
1 a 3 anos	7.573	4.414	4.677	2.233	376	201	239	82
4 a 7 anos	13.695	12.157	9.279	6.880	502	449	335	232
8 a 10 anos	5.942	10.051	4.176	6.301	169	358	118	192
11 a 14 anos	7.202	17.229	5.658	15.608	237	604	182	529
15 anos ou mais	2.725	5.003	2.423	6.039	90	135	91	196
Total	45.625	54.805	31.312	39.958	2.032	2.163	1.384	1.380

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

Os dados apontam que, em 2011, o número de brasileiras ocupadas com 11 a 14 anos de estudo aumentou em 176% comparado ao ano de 2001, enquanto que a porcentagem de acréscimo para os homens brasileiros foi de 139%. As mulheres pernambucanas com esse mesmo nível de escolaridade aumentaram em 191%, enquanto que os homens aumentaram em 155%, mostrando que tanto os brasileiros em geral como para o caso específico dos pernambucanos, as mulheres foram as que mais avançaram nos estudos.

Da mesma forma, enquanto os homens brasileiros com 15 ou mais anos de estudo cresceram 84% entre os anos 2001 e 2011 e as mulheres cresceram em 149%. Em Pernambuco, a situação foi semelhante, nesse mesmo nível de escolaridade os homens aumentaram em 50%, enquanto que o número de mulheres expandiu em 115%.

Paralelo a isso, no ano de 2011, o número de brasileiras ocupadas sem instrução e com até um ano de estudo foi menor do que 2001 em aproximadamente 43%, enquanto que o número de brasileiros regrediu em apenas 29%. Fazendo a mesma análise para o estado de

Pernambuco, temos a porcentagem de redução de aproximadamente 65% para as pernambucanas e 37% para os pernambucanos, o que indica que as mulheres elevaram mais o grau de escolaridade que os homens, tanto nacionalmente como em Pernambuco. Porém, observa-se que esta expansão maior da escolaridade feminina não se traduziu em igualdade entre as mulheres e os homens no mercado de trabalho.

A Tabela 8, fornece os dados do IBGE para o ano de 2001 e 2011, os quais representam, em termos absolutos, a distribuição dos ocupados segundo determinadas posições na ocupação no Brasil e no estado de Pernambuco.

TABELA 8
POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - BRASIL E
PERNAMBUCO, 2001 E 2011

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL	BRASIL				PERNAMBUCO			
	HOMEM		MULHER		HOMEM		MULHER	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Empregados	27.042	35.129	14.699	22.600	1.080	1.374	532	770
Trabalhadores domésticos	380	498	5.631	6.244	18	24	215	203
Empregadores	2.484	2.312	760	911	79	56	29	20
Conta própria	12.073	13.713	5.092	6.204	580	547	238	232
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	902	1.749	2.032	2.055	96	125	186	95
Não remunerados	2.609	1.318	3.079	1.923	175	36	183	59

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

No Brasil, no ano de 2001, os maiores participações dos homens ocupados entre as categorias listadas estão localizadas na posição de empregados (59%) e conta própria (27%). Já a maior participação feminina está nas posições de empregadas (47%) e trabalhadoras domésticas (18%). Em 2011, as principais ocupações masculinas e femininas não modificaram. A maioria dos homens continuou ocupada na categoria de empregados (65%) e por conta-própria (25%), enquanto que os maiores percentuais de ocupação feminina permaneceram localizados nas categorias de empregadas e trabalhadoras domésticas, 57% e 16%, respectivamente. Observar que, no que se refere a categoria de trabalho doméstico, há apenas 1% dos homens ocupados e apesar das mulheres terem aumentado sua participação no grupo dos empregados, os homens ainda possuem uma quantidade maior dos ocupados nesta categoria.

No estado de Pernambuco, no ano de 2001, os homens possuem sua maioria localizada na categoria de empregados e conta-própria, 53% e 29%, respectivamente, como também no

ano de 2011, na posição de empregados tinham 64% dos homens ocupados e 25% na categoria conta-própria, seguindo a mesma tendência do Brasil. Porém, as mulheres pernambucanas possuem uma distribuição entre as posições de ocupação diferente das mulheres brasileiras. Em 2001, as mulheres pernambucanas tinham a sua maioria ocupada nas categorias de empregada (38%) e conta-própria (17%), em 2011, as mulheres empregadas representavam 59% do total de ocupadas e as mulheres categoria de ocupação conta-própria, permaneceram em 17%.

Observando os dados referentes às posições com elevado grau de informalidade, precariedade, e baixa remuneração, eles revelam que as mulheres possuem um maior percentual de participação. Em 2011, havia 5% das mulheres e 2% dos homens ocupados no trabalho não remunerado e na produção para o próprio consumo havia 3% dos homens ocupados e 5% das mulheres ocupadas. Da mesma forma, em Pernambuco, no mesmo ano, 7% das mulheres e 6% dos homens estavam na posição de trabalhadores para o próprio consumo; 15% das mulheres ocupadas estavam na categoria de empregadas domésticas, enquanto que os homens possuíam uma participação de 1%, na categoria de não remunerados havia 4% das mulheres ocupadas e 2% dos homens ocupados.

Desta forma, fica claramente evidenciado que, tanto no Brasil como em Pernambuco, mesmo com a expansão da escolaridade feminina superior a escolaridade masculina, a participação da mulher no mercado de trabalho continua, de fato, marcada pela fragilização e expressiva informalidade, visto que, elas possuem uma participação maior que os homens nas categorias de trabalhadores domésticos, não remunerados e trabalhadores para o próprio consumo, caracterizadas pela precariedade das condições de trabalho e maiores índices de informalidade.

[...]para entender a estrutura de ocupação feminina é preciso considerar que a divisão sexual do trabalho estabeleceu um modelo de relações onde a mulher deveria ser responsável pelo cuidado dos afazeres domésticos, dos filhos e idosos. Isto trouxe consequências negativas, impondo dificuldades para que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se desse nas mesmas condições que a dos homens. (DIEESE, p. 222, 2012)

Não esquecendo que, apesar de não possuírem, em termos percentuais, uma participação maior que os homens na categoria conta-própria, sua participação nesta posição não é tão pequena, algo em torno de 16% no Brasil e 17% em Pernambuco no ano de 2011, *“demonstrando uma tentativa de conciliação da atividade econômica com as responsabilidades domésticas”*. (COSTA, 2008)

A este contexto de precariedade mais expressiva entre as mulheres, pode-se acrescentar outra variável que reforça esta situação: o tempo de permanência no trabalho principal. Tanto no Brasil como no estado de Pernambuco, pode-se notar que, proporcionalmente, havia mais mulheres nas faixas que indicam menor tempo de permanência no trabalho principal, ou seja, embora o número de homens em todas as faixas seja superior ao de mulheres, se for feita a proporção de acordo com o total de ocupados de cada sexo, terá uma proporção maior de mulheres que possuem curto período de tempo no trabalho.

No Brasil, ano de 2001, na faixa de até 5 meses no trabalho principal havia 12,38% do total de homens ocupados, enquanto que o percentual de mulheres era de 12,88%. Já no ano de 2011, havia, relativamente, ainda mais mulheres neste espaço de tempo – 9,48% dos homens e 10,27% das mulheres – do que em 2001. Em Pernambuco, no ano de 2001, até que os homens estavam em maior peso, sendo 11,86% dos homens e 11,70% das mulheres. Porém, em 2011, a situação inverteu e, apesar de ambos os sexos terem diminuído sua participação nesta faixa, o peso relativo das mulheres ficou um pouco maior, passando para 9,34% das mulheres e 9,15% dos homens.

TABELA 9
PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E TEMPO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO
PRINCIPAL - 2001 E 2011*

TEMPO DE PERMANÊNCIA	BRASIL				PERNAMBUCO			
	HOMEM		MULHER		HOMEM		MULHER	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até 5 meses	5.651	5.200	4.035	4.103	241	198	162	129
6 a 11 meses	3.315	4.092	2.641	3.331	133	163	107	105
1 ano	5.203	6.475	4.047	5.295	218	260	138	175
2 a 4 anos	10.481	12.221	7.428	9.864	434	470	299	333
5 a 9 anos	7.867	9.116	5.211	6.565	360	342	244	217
10 anos ou mais	13.096	17.701	7.945	10.799	646	730	435	422

FONTE: Elaboração própria. Dados da PNAD publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

A medida que o tempo de permanência no trabalho vai aumentando, a presença relativa das mulheres vai decrescendo e a diferença vai ficando ainda maior. Tanto no Brasil como em Pernambuco, no ano de 2001 e 2011, isto ocorreu a partir da faixa de 5 a 9 anos de trabalho. Para se ter idéia, no Brasil, em 2011, havia cerca de 32% dos homens ocupados e 27% das mulheres ocupadas na faixa de 10 anos ou mais. Em Pernambuco, a composição era de 34% dos homens e 30% para as mulheres.

Com isso, é importante observar que as mulheres passam um espaço de tempo menor nas atividades, o que dificulta a sua ascensão profissional, como por exemplo, o acesso a cargos e remunerações melhores (COSTA, 2008).

No próximo capítulo serão apresentados os dados referentes à remuneração da mulher no mercado de trabalho. Muitos estudos evidenciam que as mulheres, apesar de possuírem graus de instrução iguais ou, em alguns casos, superiores aos homens, recebem salários menores. Embora tenha havido modificações significantes no campo de trabalho da mulher, as discriminações permaneceram, pois os homens continuam a ocupar postos de trabalho melhores e a receber os maiores salários. (PEREIRA, SANTOS, BORGES, 2005)

4.2 Remuneração da mulher no mercado de trabalho pernambucano

As discriminações de gênero no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano apresentadas na seção anterior: maior participação feminina no trabalho doméstico, no trabalho não remunerado e no trabalho para o próprio consumo atrelada ao menor tempo de permanência da mulher no trabalho, irá refletir sobre a remuneração da mulher, conforme foi dito na seção anterior. Desta forma, a remuneração do trabalho, assim como a ocupação, é um tema de suma importância quando se quer discutir a discriminação enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho.

O mercado gera desigualdade tanto quando remunera de forma diferenciada homens e mulheres ou brancos e negros de mesma produtividade, como quando existem diferenças de remuneração entre trabalhadores perfeitos substitutos na produção ocupando postos em distintos segmentos do mercado de trabalho. (BARROS, FRANCO e MENDONÇA, 2007, p.8).

O estudo da remuneração do trabalho além de permitir a análise da discriminação da mulher no mundo laboral, constitui importante ferramenta para compreensão da relação entre o aumento da participação da mulher na força de trabalho e a redução da pobreza, pois embora o maior número de mulheres empregadas esteja situado nos níveis de renda mais inferiores, são nesses níveis que estão localizadas as mulheres de famílias mais necessitadas. Logo, quando a mulher está inserida em alguma atividade remunerada, elas podem incrementar a renda domiciliar.

O aumento da participação da renda da mulher na renda domiciliar é mais uma consequência da ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho do que um aumento da renda da mulher que trabalha, embora tenha ocorrido substancial aumento na relação entre rendimentos individuais de trabalho de mulheres e homens [...] (HOFFMANN e LEONE, 2004, p. 43)

De acordo com a Tabela 10, que expõe o número de ocupados por classe de rendimento mensal, pode-se verificar que as mulheres são maioria nos extratos de renda mais inferiores. Observando a classe de rendimento de até meio salário mínimo, percebe-se que ao longo de 10 anos a quantidade de mulheres dobrou tanto no Brasil, como no estado de Pernambuco. No Brasil, em 2001, havia nesta faixa salarial 4.122.000 mulheres, passando para 8.707.000 em 2011, ou seja, houve um aumento de 111%. Em Pernambuco, o acréscimo foi ainda maior, 127%, de 298.000 para 677.000 mulheres. Isto significa que, muitas mulheres entraram ao mercado de trabalho, só que muitas delas ficaram concentradas em subempregos, recebendo renda inferior a um salário-mínimo.

TABELA 10
OCUPADOS, POR SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL*

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL	BRASIL				PERNAMBUCO			
	HOMEM		MULHER		HOMEM		MULHER	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Até ½	2.875	3.032	4.122	8.707	239	187	298	677
Mais de 1/2 a 1	8.730	12.695	10.793	15.542	477	859	468	859
Mais de 1 a 2 salários mínimos	13.093	20.155	10.441	17.826	730	772	564	571
Mais de 2 a 3 salários mínimos	7.379	9.941	4.276	5.384	203	206	119	133
Mais de 3 a 5 salários mínimos	6.979	6.513	3.479	3.547	162	133	89	79
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5.097	4.357	2.656	2.543	123	86	60	49
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2.382	1.578	1.093	752	54	30	33	15
Mais de 20 salários mínimos	1.182	622	401	207	29	12	9	4
Sem rendimento	19.179	20.008	34.950	31.487	1.067	1.171	1.774	1.536
Sem declaração	854	2.510	461	1.805	35	177	18	115

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.
(*)Mil pessoas

No Brasil, no ano de 2001, havia aproximadamente 21 homens com até dois salários para cada homem com mais de vinte salários-mínimos. Em 2011 esta proporção foi de 58 para 1. Com relação às mulheres, em 2001, a proporção era de 63 mulheres com até dois salários para cada mulher com mais de vinte salários. Em 2011, a proporção foi para 203 mulheres que recebem até 2 salários mínimos para cada mulher com mais de vinte salários.

Semelhantemente, no estado de Pernambuco, em 2001, para cada 50 homens que recebiam até dois salários-mínimos havia 1 homem que recebia mais de vinte salários. Já em 2011, esta proporção passou a ser de 152 homens com até dois salários para cada homem com mais de 20 salários. A discrepância é ainda maior quando se observa os dados femininos, cuja

proporção era 148 em 2001, passando para 525 mulheres com até dois salários para cada mulher com mais de vinte salários em 2011.

Conforme mostram os dados, ao longo dos anos, houve um aumento muito maior dos ocupados na faixa de remuneração de até dois salários-mínimos, o que pode ser explicado, conforme Costa (2008), pelo aumento de empregos formais criados nesse período com remuneração de até 1,5 salários-mínimos. Porém, é notório que esse maior número de empregos gerados nesta faixa salarial foi ocupado por mulheres, pois houve uma expansão muito maior de mulheres nesta faixa salarial do que de homens, tanto no Brasil, cujo percentual de crescimento foi de 66% para mulheres e 45% para os homens, como principalmente em Pernambuco, onde houve um crescimento de 58% de mulheres nesta faixa salarial, enquanto que os homens cresceram apenas 26%.

A maior participação das mulheres nos extratos de renda mais inferiores pode ter a ver com o fato delas, costumeiramente, ocupar cargos menos favorecidos, os quais estão marcados pela baixa remuneração. No entanto, além disto também ocorrer, outra questão que merece ser ressaltada é o fato de mesmo em posição de ocupação equivalente aos homens, as mulheres auferem uma renda menor.

A Tabela 11 apresenta o valor do rendimento médio mensal por sexo e posição na ocupação.

TABELA 11
VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL, POR SEXO E
POSIÇÃO DE OCUPAÇÃO - 2001 E 2011

SEXO	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BRASIL		PERNAMBUCO	
		2001	2011	2001	2011
Homens	Empregados	R\$ 589,00	R\$ 1.363,00	R\$ 399,00	R\$ 975,00
	Domésticos	R\$ 258,00	R\$ 718,00	R\$ 201,00	R\$ 610,00
	Empregadores	R\$ 1.923,00	R\$ 4.362,00	R\$ 1.222,00	R\$ 3.174,00
	Conta própria	R\$ 538,00	R\$ 1.271,00	R\$ 344,00	R\$ 801,00
Mulheres	Empregados	R\$ 525,00	R\$ 1.204,00	R\$ 389,00	R\$ 932,00
	Domésticos	R\$ 188,00	R\$ 493,00	R\$ 142,00	R\$ 383,00
	Empregadores	R\$ 1.544,00	R\$ 3.147,00	R\$ 1.253,00	R\$ 2.825,00
	Conta própria	R\$ 375,00	R\$ 893,00	R\$ 247,00	R\$ 655,00

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

Independente da faixa de remuneração, entre os anos de 2001 e 2011, a renda dos trabalhadores em geral evoluiu. No entanto, para todas as posições ocupacionais, as mulheres possuem uma renda média inferior aos homens., inclusive na categoria de trabalhadores domésticos, cuja composição é em sua maioria feminina.

No Brasil, em 2001, os homens na posição de “domésticos” possuíam uma renda de R\$ 258,00, enquanto que as mulheres recebiam R\$ 188,00, ou seja, as mulheres recebiam

27% a menos que os homens. Em 2011, o valor do rendimento do homem nesta mesma posição ocupacional é de R\$ 718,00 e o da mulher de R\$ 493,00, apresentando uma diferença de 31%. Observa-se que agravou ainda mais a diferença salarial entre os gêneros, neste período.

A ocupação relacionada aos trabalhadores por conta-própria foi a única que não houve aumento da diferença salarial. As remunerações aumentaram de forma proporcional, visto que a diferença salarial entre os homens e as mulheres permaneceu em 30%, entre os anos de 2001 e 2011.

Em Pernambuco, as circunstâncias foram semelhantes. Em 2001, as trabalhadoras domésticas recebiam um salário de R\$ 142,00, enquanto que os homens nesta mesma posição ocupacional tinham um salário de R\$ 201,00, ou seja, as mulheres nesse período tinham um salário 29% menor que os homens mesmo dentro da mesma posição ocupacional. Já em 2011, as mulheres recebiam uma renda 37% menor que os homens, R\$ 383,00 e R\$ 610,00, respectivamente. Nota-se que, no estado de Pernambuco a diferença salarial expandiu numa proporção maior que no Brasil. Quanto aos trabalhadores na posição conta-própria, a remuneração das mulheres era 28% menor que a do homem em 2001, chegando em 2011 a 18% de disparidade. Observa-se que tanto no Brasil como no estado de Pernambuco, as divergências salariais na categoria conta-própria não evoluíram neste período.

A categoria que houve a menor discrepância salarial tanto no Brasil como no estado de Pernambuco foi a de “empregados”. No Brasil, em 2001 as mulheres possuíam uma renda inferior aos homens em 11%, passando para 12% em 2011. Já no estado de Pernambuco esta diferença foi ainda menor, de 2,5% em 2001 e 4,4% 2011. Porém, o que se sabe é que a participação masculina é superior a feminina nesta categoria ocupacional.

O que poderia ser conjecturado com relação ao aumento da escolaridade apresentado pelas mulheres no mercado de trabalho seria que elas estariam obtendo um aumento da produtividade e passariam a receber salários equivalentes aos homens. Porém, não é isto que acontece, pois são nos maiores graus de instrução que há uma maior participação de homens com os melhores salários.

[...] ao contrário do que se pode imaginar para as mulheres mais anos de estudo é sinônimo de maior diferença salarial, pois, quanto mais instruídas, menor é a probabilidade de receber salários iguais aos percebidos pelos homens. Embora esta realidade esteja mudando, as maiores diferenças salariais, ainda persistem entre os homens e as mulheres mais instruídos. As mulheres continuam apostando no aumento do grau de instrução como a melhor forma de conseguir emprego, visto que, sua escolaridade vem aumentando de maneira significativa no decorrer das últimas décadas. (COAN, 2008, p. 64)

Segundo os dados do IBGE, no Brasil, havia 5.558.000 mulheres ocupadas e 4.541.000 homens ocupados que possuíam 15 anos ou mais de estudo em 2011. No entanto, há uma menor participação das mulheres nos níveis de renda mais elevados, como por exemplo, na classe de rendimento de mais de 20 salários mínimos há apenas 2% das mulheres ocupadas, enquanto que há 8% dos homens ocupados nessa classe de rendimento. Evidenciando ainda mais a diferença, os dados apontam que para cada mulher, neste mesmo nível de escolaridade, que recebe mais de vinte salários-mínimos há 20 mulheres que recebem até três salários. Esta proporção para os indivíduos do sexo masculino é de 3 homens com até três salários-mínimos para cada homem que recebe mais de vinte salários.

Em Pernambuco, a situação é semelhante, 172.000 mulheres ocupadas e 115.000 homens ocupados possuíam 15 anos de estudo ou mais em 2011. Porém, 2% das mulheres participavam da classe de rendimento de mais de vinte salários-mínimos, enquanto que 5% dos homens estavam nesta mesma faixa salarial. Fazendo a mesma proporção entre as faixas salariais mais baixas e a mais alta, como foi feito para o Brasil, tem-se a proporção de 7 homens e 34 mulheres com até três salários-mínimos para cada homem e mulher com mais de vinte salários-mínimos.

Isto reforça a idéia de que mesmo com o mesmo anos de estudo, a participação das mulheres é inferior a dos homens na classe de rendimento maior. O fato de existir mais mulheres com o grau de escolaridade de 15 anos ou mais de estudo comprova que elas estão apostando no aumento do nível de instrução com o intuito de conseguir um emprego, porém, devido as discriminações de gênero relacionadas a ocupação e a remuneração, elas ainda estão em condições inferiores aos homens.

5 CONCLUSÕES

Com o intuito de compreender o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, o presente estudo iniciou-se com um breve histórico sobre as transformações econômicas e sociais que permitiram a expansão da participação da mulher no mercado de trabalho. Como foi visto, este fenômeno iniciou na década 70, em um contexto econômico favorável, prosseguindo nas décadas seguintes mesmo em períodos de baixo crescimento da economia.

A evolução da mulher no mercado de trabalho fez com que as suas características fossem se modificando ao longo do tempo. A redução da taxa de fecundidade, o aumento da escolaridade feminina e a inversão do papel social da mulher, são considerados por alguns

autores fatores determinantes de uma maior inserção feminina no mercado de trabalho. Assim pode-se perceber que estas mudanças foram uma realidade vivida tanto no fim do século XX como no início do século XXI.

O foco central do trabalho esteve no estudo da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano no período que compreendeu os anos de 2001 e 2011. Observou-se que, mesmo diante do contexto macroeconômico da época, no Brasil, a presença feminina na atividade econômica foi mais marcada pela continuidade das transformações ocorridas no fim do século anterior do que mudanças significativas. No entanto, já no mercado de trabalho do estado de Pernambuco, é notório que as oscilações da economia causaram a redução da participação de homens e, principalmente, das mulheres na atividade econômica, apontando para uma realidade diferente daquela que ocorreu no país.

No que se refere ao estado de Pernambuco, como foi visto, a atividade da construção civil teve um crescimento bastante considerável no período estudado. O Porto de Suape, considerado mola propulsora do desenvolvimento do estado admitiu muitos empregados neste setor. No entanto, segundo a consultoria de Suape, Pádua Consultores, a maioria das vagas foi ocupada geralmente por homens.

Posteriormente, foi apontada a questão da discriminação de gênero que ocorre no mercado de trabalho brasileiro e pernambucano, relacionada a ocupação, remuneração e o tempo de permanência no emprego. É notório que, as mulheres mesmo possuindo grau de escolaridade superior aos homens encontram-se em nichos ocupacionais marcados pela precariedade e informalidade, sendo maioria nas atividades ligadas aos serviços domésticos e atividades não remuneradas. Além disso, as mulheres apresentaram uma maior participação nos empregos de curto espaço de tempo, o que dificulta o acesso a cargos melhores e remunerações mais elevadas.

Quanto ao quesito remuneração, nota-se que, além delas possuírem um grau de escolaridade superior aos homens e receberem salários inferiores, as mulheres auferem uma renda menor mesmo quando ocupam cargos iguais aos homens. Isto ocorre tanto no mercado de trabalho nacional como é bastante evidente no mercado de trabalho pernambucano.

Ainda assim, a renda gerada pela mulher no mercado de trabalho foi fundamental para a redução da pobreza no Brasil. O economista-sênior, João Pedro Azevedo, disse em entrevista ao Jornal do Brasil que a participação crescente da mulher na atividade econômica tem gerado muitos benefícios sociais para os países em desenvolvimento. Inclusive, ele apontou para a importância das mulheres na crise de 2009, afirmando que nos domicílios em que a mulher e o homem trabalhavam houve um menor impacto da crise, o que mostra a

importância da mulher no mercado de trabalho não só para contribuir com a renda da família, mas também para protegê-la em casos excepcionais.

Por fim, cabe destacar que nas últimas décadas houve uma evolução significativa da participação da mulher no mercado de trabalho nacional. Dia após dia, elas vêm conquistando seu espaço no mundo laboral e, embora seja minoria, já apresentam participação em posto de trabalho que antes eram ocupados apenas por homens. Muitos obstáculos já foram enfrentados por elas e hoje já se vê uma nova figura da mulher na sociedade como um todo. Porém, muitas conquistas ainda precisam ser realizadas, principalmente no que se refere às igualdades de gênero. Contudo, elas têm mostrado que são capazes de exercer suas atividades tão bem quanto os homens, não havendo razões para discriminações.

6 SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

PEA: População Economicamente Ativa

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PED: Pesquisa do Emprego e Desemprego

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. **Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, DF: OIT, 2003.

REMY, M.; QUEIROZ, S. de; FILHO, L. Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. **Revista da ABET**, v. 10, n. 1, 2011.

ASSIS, R. de. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: http://www.convibra.com.br/2009/artigos/140_0.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2014

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Desempenho Recente e Perspectivas para a Economia de Pernambuco**. **Boletim Regional do Banco Central**. p.107-110. Abril. 2011a.

BARROS, R. de; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil**. 2007.

BORGES, N. **A evolução recente da mulher no mercado de trabalho brasileiro: perspectiva social e econômica**. São Paulo, Campinas, 2009

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa**. Minas Gerais, Belo Horizonte, 4v, 1996.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 32, p. 537-572, 2007.

_____. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**. 1994.

_____. **Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período: 1986-1995**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

COAN, E. **O processo de expansão da participação feminina no mercado de trabalho catarinense**. Rio de Janeiro, Florianópolis, 2008.

COSTA, M. **Mulher e mercado de trabalho: a realidade cearense.** Instituto de Desenvolvimento do Trabalho. Ceará, Fortaleza, 2008.

CRUZ, A.; AMBROZIO, A.; PUGA, F.; SOUSA, F.; NASCIMENTO, M. **A economia brasileira: conquistas dos últimos dez anos e perspectivas para o futuro.** 2012

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.** Disponível em: <http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>. Acesso em: 8 de janeiro de 2015.

BALTAR, P.; Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. **Global Labour University Working Paper**, 2010.

GALVÃO, O. **A economia de Pernambuco: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado.** Disponível em: <http://linkpe.com.br/enpecon/artigos/> Acesso em: 9 de julho de 2014

FERNANDES, A. **Efeito de educação e filhos na oferta de trabalho das mulheres cônjuges nas regiões metropolitanas.** 1998.

FERNANDES, M.; PEDROSA, L.; GONÇALVES, R.; OLIVEIRA, A.; PINTO, R. **Trabalho feminino e diminuição da taxa de fecundidade no Brasil nos últimos 50 anos.** 2011. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/842/84217104003.pdf>>. Acesso em: 15 em março 2015.

FONTOURA, N.; GONZALEZ, R. Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade? **IPEA**, Nota Técnica n.41, nov.2009.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres Brasileiras, Educação e Trabalho.** Disponível em: http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mmt.html. Acesso em: 8 de março de 2015.

LEONE, E. T. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n.81, jul.1999.

LEONE, E. T.; HOFFMANN, R. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia, Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**, v. 14, n 2, 2004.

LIMA, J.; SICSÚ, A.; PADILHA, M. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 4, p. 525-541, 2007.

MORAIS, G. **Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho amazonense**. Minas Gerais, Viçosa, 2012.

NETO SORIMA, JOÃO. “Criação de empregos formais caiu 23,5% em 2011”. **O GLOBO**. 24 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/criacao-de-empregos-formais-caiu-235-em-2011-3751410>. Acesso em 11 de março de 2015

PEREIRA, R.; SANTOS, D.; BORGES, W. A mulher no mercado de trabalho. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Maranhão, São Luís, 23 a 26 de agosto de 2005.

PROBST, E. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf. Acesso em: 14 de maio de 2014.

RAMOS, L; AGUAS, M; FURTADO, L. Participação Feminina na força de trabalho metropolitana: o papel do status socioeconômico das famílias. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 4, p. 595-611, 2011.

RIOS-NETO, E., WAJNMAN, S. Participação feminina na população economicamente ativa no Brasil: alternativas para projeções de níveis e padrões. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 24, n. 2, ago. 1994.

SCORZAFAVE, L; MENEZES-FILHO, N. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

SILVA, F. Evolução do mercado de trabalho no Recife no período de 2003 a 2011. **ABET**, v. XI, n.2, de jul/dez de 2012.

SORJ, B; FONTES, A; MACHADO, D. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007.

SOUTO-MAKJR, H. **Mulher, família e trabalho no nordeste (1970-1987): o que dizem os dados publicados dos censos demográficos e pnads**. 1990.

VIECELI, C. **Mulher e trabalho no Brasil: características, avanços e permanências (1960–2009)**. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.